Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON

Ano X - Nº 33 - Julho a Setembro de 2019

ECONOMISTAS

XXIII Congresso Brasileiro de Economia: Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico

Reunidos em Florianópolis, economistas discutirão estratégias para superar os principais entraves da economia brasileira, preservando as conquistas sociais e o meio ambiente, com foco no desenvolvimento e no bem-estar social das próximas gerações.

cofecon.org.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Wellington Leonardo da Silva

VICE-PRESIDENTE
Antonio Corrêa de Lacerda

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Melki Júnior
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
Júlio Miragaya
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maurílio Procópio Gomes
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Brasil Corrêa de Melo
Paulo Dantas da Costa
Sérgio Guimarães Hardy
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTES
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Eduardo Reis Araújo
Henri Wolf Bejzman
Nei Jorge Correia Cardim
Paulo Roberto de Jesus
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Evaldo Silva
Marcelo Pereira Fernandes
Ricardo Valério Costa Menezes
Wilson Roberto Villas Boas Antunes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Róridan Penido Duarte
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha
João Bosco Ferraz de Oliveira
Paulo Salvatore Ponzini
Luiz Antonio Rubin

CONSELHO EDITORIAL
Wellington Leonardo da Silva (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo José Monteiro da Costa
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Luiz Carlos Delorme Prado
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Waldir Pereira Gomes

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
Lauro Chaves Neto
Luiz Antonio Rubin
Wellington Leonardo da Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Natália Kenupp – Assessora de Imprensa
Manoel Castanho – Jornalista
Caroline Rodrigues - Publicitária
imprensa@cofecon.org.br

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Lume Comunicação Eireli

IMPRESSÃO
Forte Gráfica e Editora LtdaME

TIRAGEM
10.000 exemplares
ISSN 2446-9297

SUMÁRIO

NOTA DO COFECON: DIRETRIZES PARA UMA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO INCLUSIVO 4

XXIII CBE DISCUTIRÁ ALTERNATIVAS PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 6

TENDÊNCIAS RECENTES DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA GLOBAL
Eliane Araújo 8

OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL | *Hoyêdo Nunes Lins* 14

INSERÇÃO INTERNACIONAL: DESNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO | *Antonio Corrêa de Lacerda* 20

A INDÚSTRIA DE INVESTIMENTOS E OS CRIPTOATIVOS
Luiz Calado e Marco Antogiovanni 26

ECONOMIA REGIONAL NO CONTEXTO DA ECONOMIA NACIONAL: A IMPORTÂNCIA DA POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL | *Jandir Ferrera de Lima* 32

DA CRISE À RECUPERAÇÃO: COMO SANTA CATARINA VEM ENFRENTANDO UM DOS MAIORES PERÍODOS DE RECESSÃO DA HISTÓRIA DO PAÍS? | *Leonardo Alonso* 36

POBREZA NO BRASIL: DOS AVANÇOS CIVILIZATÓRIOS PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988 AOS PRENÚNCIOS DA BARBÁRIE LIBERAL
Paulo de Martino Jannuzzi 44

JUSTIÇA FISCAL É POSSÍVEL | *Eduardo Fagnani* 51

REENGENHARIA TRIBUTÁRIA, TECNOLÓGICA, FRATERNA E SOLIDÁRIA | *Luiz Carlos Hauly* 57

A DESIGUALDADE VISTA DO TOPO | *Lauro Chaves Neto* 64

ANGE: FORMAR O ECONOMISTA 66

45º ENECO REUNIU 55 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Marcos Antonio da Silva e Silva 67

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

EDITORIAL

O Sistema Cofecon/Corecons tradicionalmente realiza, a cada dois anos, o Congresso Brasileiro de Economia (CBE). É um importante momento para os economistas brasileiros se reunirem e discutirem diversos temas relacionados à nossa conjuntura e à ciência econômica, com o objetivo de apontarem caminhos e soluções para o desenvolvimento de nosso País.

Estamos passando por uma quadra política turbulenta, marcada pelas declarações imaturas e descabidas do atual ocupante da cadeira presidencial e de vários de seus ministros, desde o início de seu mandato, cujas consequências incluem a perda de mercados para o agronegócio brasileiro (que inclusive apoiou sua eleição); pela desmoralização de parcela significativa do sistema judiciário, no qual o atual ministro da justiça e membros do ministério público são acusados de desrespeitar as mais comezinhas regras jurídicas; pela tomada de decisões que comprometem a soberania nacional, como a entrega de recursos naturais e infraestrutura aos interesses internacionais, inviabilizando nossas possibilidades de desenvolvimento; e por ataques aos direitos trabalhistas e sociais, aos sindicatos, à Previdência Social e à existência dos próprios conselhos de fiscalização profissional. Neste contexto, as discussões sobre o tema central do evento, "Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico", são ainda mais urgentes.

No XXIII CBE o debate será plural entre os profissionais da área, com economistas e especialistas de diferentes vertentes ideológicas, representando diversas correntes de pensamento. É uma excelente oportunidade para que os economistas brasileiros discutam de maneira franca e ampla, sem as amarras vinculadas a proposta de pensamento único. Teremos condições de ouvir pensadores sobre a realidade brasileira, os quais não tem espaço nos meios de comunicação tradicionais.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
PRESIDENTE

Nesta edição da revista Economistas, convidamos palestrantes que participarão do Congresso para escreverem sobre os temas de suas apresentações. Excelentes exposições sobre temas variados, como "Tendências recentes da indústria na economia global", "Os desafios da globalização para o desenvolvimento regional", "Inserção internacional: desnacionalização e investimento estrangeiro", "A indústria de investimentos e os criptoativos", "Economia regional no contexto da economia nacional: a importância da política nacional de desenvolvimento regional", "Da crise à recuperação: como Santa Catarina vem enfrentando um dos maiores períodos de recessão da história do País?", "Pobreza no Brasil: dos avanços civilizatórios pós Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal", além de dois artigos sobre a reforma Tributária, com perspectivas diferentes.

Como presidente do Cofecon, considero uma oportunidade ímpar para os economistas exercitarem suas mentes em relação ao que, de fato, são os principais objetivos da ciência econômica: promover bem-estar, qualidade de vida e a redução das desigualdades para toda a sociedade.

Desejo uma boa leitura a todos!

DIRETRIZES PARA UMA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

Com perspectivas incertas para a economia brasileira, no curto e longo prazos, precisamos buscar uma agenda mínima para a política econômica que possa ter o apoio mais amplo possível das diversas correntes do pensamento econômico. Entendemos que o receituário que tem prevalecido na política econômica do país, nos últimos anos, é o principal causador da retração econômica em 2015/2016 e do crescimento pífio, levando até à retração da renda per capita, a partir de então. Não é aceitável continuar a insistir em cortes de gastos públicos, tanto em custeio quanto em investimentos, como forma de recuperar a confiança e, assim, o crescimento econômico, com o agravante de que a grande maioria dos cortes propostos serem em investimentos públicos e transferências, previdenciárias e outras, para os mais pobres, aumentando as desigualdades.

Conclamamos os economistas, de todas as abordagens, a elaborar um programa mínimo para tirar o País desta letargia.

Contestamos a rejeição de alguns economistas a qualquer restrição ao funcionamento dos mercados, com a alegação de que, entre os agentes do Estado responsáveis, tanto os políticos quanto os técnicos, sempre prevalecerão seus interesses pessoais, mais ligados ao enriquecimento e progresso na carreira, em detrimento dos interesses da população em geral. Além disso, argumentam que mesmo um planejador benevolente não alcançaria resultados melhores que o livre mercado, qual seja, produzir os bens e serviços nas quantidades e qualidades preferidas pelos consumidores. Segundo eles, seria apenas controlar as chamadas falhas do mercado que o sistema econômico funcionaria da melhor maneira.

Entretanto, esse controle seria feito por agentes externos ao mercado, o que recairia no problema de desvio de interesses. Além disso, o livre mercado não fornece soluções para todos os nossos desafios de médio e longo prazos, como os de reduzir as desigualdades e distribuir oportunidades. Para tanto, esses economistas mais liberais eventualmente aceitam políticas horizontais, como investimentos em educação, embora priorizem, obstinadamente, o equilíbrio orçamentário de curto prazo. Por mais que insistam nas vantagens desse receituário, os casos concretos, no Brasil e no mundo, indicam não ser suficiente. Vale citar as dificuldades econômicas da Argentina nas últimas décadas, possivelmente maiores que as do Brasil, mesmo com níveis educacionais da população muito melhores. Entre as regiões do Brasil, a quantidade e qualidade de engenheiros e técnicos formados no Nordeste seriam o bastante para propiciar níveis de industrialização comparáveis aos do Centro-Sul.

Conclamamos os economistas, de todas as abordagens, a elaborar um programa mínimo para tirar o País desta letargia. Algo na linha do que os EUA, grande nação liberal, fizeram em reação à crise financeira de 2008, ao lado das outras nações economicamente avançadas da Europa - política fiscal anticíclica. O descontrole dos gastos públicos pode levar ao descontrole da

É preciso incentivar setores que gerem muito emprego de menor qualificação, como construção e comércio.

dívida pública, eventualmente incentivando fugas de capitais, que podem pressionar inflação e serem um fator recessivo. Contudo, o "austericídio" não está resolvendo, nem esperamos que resolva. Elevação dos investimentos em infraestrutura, mas com mecanismos de controle da dívida pública, algo como tetos para períodos futuros, anunciados e rigorosamente observados, aumento das operações de crédito dos bancos públicos e políticas que favoreçam reduções das taxas de juros cobradas das empresas e dos consumidores é a nossa proposta para o curto prazo.

Com isso, demanda adicional seria gerada do aumento de gastos públicos, elevando a produção e, assim, a arrecadação, parte da qual poderia ser direcionada para reduzir a dívida pública. Ao lado dessa estratégia de curto prazo, um projeto de país que melhore a qualidade de vida de todos precisa ser estabelecido. Uma estratégia seria algo como dois polos de desenvolvimento complementares, que poderíamos chamar de economia da complexidade e economia das comunidades.

O primeiro seria o desenvolvimento de atividades econômicas de alta complexidade produtiva e grande potencial de mercado, podendo gerar bens e serviços finais ou participar de cadeias globais de valor. Neste polo, propõe-se uma ação do Estado também na linha da grande nação liberal e de outras desenvolvidas da Europa, qual seja, a promoção e o apoio à ciência, tecnologia e inovação, complementada por algumas políticas de incentivo e proteção setorial. Sem maiores preocupações com as doutrinas de livre mercado, os países desenvolvidos há muito mantêm gastos públicos com projetos de pesquisa, em universidades e agências públicas, que geram inúmeras aplicações econômicas, além de proteção a setores, como o agropecuário, por exemplo. Com isso, seriam geradas, massivamente, ocupações de alta produtividade, que alcançariam altas remunerações e seriam transmitidas, pela concorrência no mercado de trabalho, a setores menos complexos.

Política anticíclica e de desenvolvimento de complexidade produtiva ainda não seria suficiente. Poderia tornar-nos uma economia como a indiana, com ilhas de excelência num mar de miséria. É preciso incentivar setores que gerem muito emprego de menor qualificação, como construção e comércio, e promover o segundo polo de desenvolvimento, a economia das comunidades, para absorver o grande contingente de trabalhadores desempregados, desalentados e com ocupações precárias. Seria estimular e apoiar a disseminação de atividades produtivas em comunidades rurais e nas periferias urbanas, que possam ser realizadas pelos seus membros e tenham mercado, interno ou externo. Incentivos fiscais e creditícios, ao lado de assistência técnica, poderiam propiciar geração de renda nessas comunidades, com gradual redução da dependência de transferências assistenciais, como o programa Bolsa Família.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

XXIII CBE DISCUTIRÁ ALTERNATIVAS PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Por Natália Kenupp

Em um momento de uma lenta recuperação econômica no Brasil e muitas dúvidas quanto aos possíveis resultados do novo governo iniciado em janeiro deste ano, economistas de todo o País estarão reunidos em Florianópolis, de 16 a 18 de outubro, para participarem do XXIII Congresso Brasileiro de Economia. O evento é realizado a cada dois anos pelo Sistema Cofecon/Corecons e é uma oportunidade para os profissionais da área discutirem os principais aspectos da conjuntura e das soluções proporcionadas pela ciência econômica. Neste ano, o Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC) está à frente da organização, ao lado do Cofecon.

Os participantes do evento terão acesso a palestras e debates com economistas e especialistas de diferentes vertentes de pensamento, propiciando uma ampla discussão de ideias. A programação foi dividia em quatro grandes blocos: Relações e Inserção Internacional, Políticas Macroeconômicas, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Cada um dos blocos trará questões atuais que remetam ao tema central do evento: Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico.

O bloco com tema de Políticas Macroeconômicas contará com as seguintes mesas: Política Fiscal e Tributária, que terá como palestrantes Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos, Roberto Brás Matos Macedo, Bernard Appy, Luiz Carlos Jorge Hauly e Eduardo Fagnani; Política Monetária e Financiamento, com Roberto Padovani, Fernando Nogueira da Costa e André Nassif; e Política Cambial e Setor Externo, com Eliane Cristina de Araújo Sbardellati, Nelson Marconi e Pedro Rossi.

O bloco focado em temas relacionados ao Desenvolvimento terá palestras sobre Papel do Estado, Regulação e Privatização, com Gesner de Oliveira, Luiz Carlos Delorme Prado e José Luiz Pagnussat; Economia Regional no Contexto da Economia Nacional, com Jandir Ferrera de Lima, Hoyedo Nunes Lins, Leonardo Alonso Rodrigues e Martinho Roberto Lazzari; Economia do Crime, com Edson Rosa Gomes da Silva e Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel; Cooperativas/Economia Compartilhada, com Ivan Roberto de Borba, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado e Marcelo Martinovich dos Santos; e Energia e Sustentabilidade, com Ildo Sauer e Edvaldo Alves de Santana.

Já o bloco de Políticas Públicas promoverá discussões sobre Previdência e Política Social, com Denise Lobato Gentil, Fábio Klein e Marcel Grillo Balassiano; Mercado de Trabalho, com Márcio Pochmann, Paulo de Martino Jannuzzi e Ladislau Dowbor; Distribuição de renda, desigualdade social e diminuição da pobreza,

com Dominik Hartmann e Cláudio Salvadori Dedecca; e Ecossistemas de Inovação/Fintech, com Marcelo Barboza, Rafael Costa da Silva e Henrique Azevedo Carvalho.

Por fim, o bloco com temáticas relacionadas a Relações e Inserção Internacional abordará "Globalização 2.0 e Relações Internacionais, com Paulo Nogueira Batista Júnior, Adhemar Bahadian, Celina Martins Ramalho e Reinaldo Gonçalves; Abertura Comercial e Inserção Internacional, com Dércio Garcia Munhoz, Fernando Seabra e Samuel Pinheiro Guimarães; Financeirização, com Antonio Corrêa de Lacerda, Leda Maria Paulani e Miguel Antônio Pinho Bruno; e Criptomoedas, com Otto Nogami, Luiz Roberto Calado e Lorenzo Sanfelice Frazzon. Os congressistas também terão a oportunidade de ouvir especialistas em América Latina e realidade brasileira, durante o evento

Muito além das palestras, a programação do XXIII CBE oferece aos participantes os minicursos que podem impactar positivamente a carreira, atualizando-os sobre oportunidades no mercado de trabalho, bem como munindo-os de informações para empreenderem. A capacitação Rota financeira do empreendedor de sucesso será apresentada por André Luiz Koerich e Ademir Tenfen; Criatividade: pré-requisito para a inovação e conquista de diferencial competitivo, com Luiz Alberto de Souza Aranha Machado; e A profissão de economista perito e casos relevantes, com André Luiz Koerich, Carlos Henrique Runze, Marlos Henrique dos Santos, Tácio Dagostini e Ademir Tenfen.

Desde 2004, o Sistema Cofecon/Corecons homenageia, todos os anos, um economista por meio do Prêmio Personalidade Econômica. Durante o CBE será entregue a condecoração à economista pernambucana Tânia Bacelar, doutora em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne. Bacelar foi Diretora da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Secretária de Planejamento e de Fazenda do Estado de Pernambuco, Secretária de Planejamento do Município do Recife e Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. A economista foi Presidente do Corecon-PE e Conselheira do Cofecon; e é Professora da Pós-graduação em Geografia da UFPE e Sócia da Consultoria Econômica e Planejamento (CEPLAN).

Além da Personalidade Econômica, serão homenageados economistas e instituições que contribuem para a Ciência Econômica no Brasil, por meio dos Prêmios Destaque Econômico nas categorias Desempenho Técnico, Mídia e Academia. Os nomes foram escolhidos pela Plenária do Cofecon durante o XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE). Na modalidade Academia, será reconhecida a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); na modalidade Desempenho Técnico, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); e, na modalidade Mídia, a Carta Capital.

Acadêmicos da área econômica também serão prestigiados durante o evento. Haverá a apresentação de trabalhos científicos, previamente selecionados por uma banca examinadora, ao longo do evento. Durante a cerimônia de abertura serão agraciados os vencedores do XXV Prêmio Brasil de Economia, que reconhece trabalhos nas seguintes categorias: Monografia de Graduação, Artigo técnico ou científico, Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado e livro de Economia.

Durante o CBE também é realizada a Gincana Nacional de Economia, em que estudantes de Ciências Econômicas participam de uma competição em rede. São vencedores os que conseguem aplicar da melhor forma as ferramentas da Ciência Econômica disponíveis para solucionar problemas. A competição está em sua nona edição.

TENDÊNCIAS RECENTES DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA GLOBAL

I. Introdução

Por Eliane Araújo

A literatura pós-keynesiana (Kaldor, 1966; Thirlwall, 1979), os estruturalistas latino-americanos (Prebish, 1949) e os neoshumpeterianos (Dosi, 1988; Nelson & Winter, 1982) há muito têm enfatizado o papel da mudança estrutural e do avanço tecnológico para o crescimento econômico. De acordo com as principais ideias expressas nessa literatura, a indústria manufatureira é um setor relevante para conduzir e sustentar o crescimento por diversas razões, a saber, i) a sua capacidade de gerar e propagar mudanças tecnológicas; ii) seu maior potencial de crescimento da produtividade relativamente a outros setores; iii) a geração de externalidades positivas e sinergias; e iv) sua contribuição para a sustentabilidade do balanço de pagamentos e ganhos de comércio.

ELIANE ARAÚJO
Professora associada da Universidade Estadual de Maringá e bolsista produtividade em pesquisa do CNPQ.

Apesar disso, nas últimas décadas, tem se observado uma tendência em geral declinante tanto da participação do valor adicionado do setor manufatureiro no valor agregado total, quanto do emprego da indústria manufatureira no emprego total. Embora, em muitos países, particularmente nas economias avançadas, esse fenômeno possa ser uma consequência natural do processo de desenvolvimento, outras razões ajudam a explicar a desindustrialização, especialmente nas economias em desenvolvimento.

Este artigo analisa a temática da desindustrialização em curso nas últimas décadas, apresentando uma discussão sobre seu conceito e suas causas, além de evidências empíricas sobre ela. Para tanto, a seção 2 traz uma síntese dos conceitos de desindustrialização e discute algumas de suas causas. A seção 3 apresenta tendências recentes da queda da participação relativa da indústria ao redor do mundo, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, em termos de valor adicionado e emprego industrial. Finalmente são apresentadas algumas considerações finais.

2. O conceito de desindustrialização

Segundo Palma (2005) um dos mais notáveis fatos estilizados do pós-guerra é o rápido declínio do emprego industrial na maioria dos países industrializados e em muitos países em desenvolvimento. Embora no longo prazo a estrutura do emprego tenha mudado substancialmente, as alterações relativas no emprego, na escala e na velocidade que ocorreram nesse período, constituem um fenômeno sem precedentes. A fase mais recente dessas mudanças surge com o emprego na manufatura começando a declinar, em termos relativos e absolutos, enquanto o setor de serviços passa a ser a principal fonte de absorção do trabalho. Essa fase é comumente conhecida como a desindustrialização.

A fase mais recente dessas mudanças surge com o emprego na manufatura começando a declinar, em termos relativos e absolutos, enquanto o setor de serviços passa a ser a principal fonte de absorção do trabalho.

O autor destaca a doença holandesa como sendo uma das fontes da desindustrialização, que ocorre quando há a transição de economias com superávit na indústria de transformação para superávits nos setores primários e de serviços. Ela ocorre por três razões diferentes: i) a descoberta de recursos naturais, por exemplo, como a que aconteceu na Holanda; ii) o desenvolvimento de atividades exportadoras de serviços, principalmente o turismo e as finanças, como é o caso da Grécia e iii) as mudanças na política econômica (por exemplo mudanças nas taxas de juros e de câmbio) que levam o país à tradicional posição de vantagem comparativa estática, citando-se como exemplos o Chile, Brasil e a Argentina.

Palma (2005) explica que esse tipo de desindustrialização deve ser distinguido do processo normal de desindustrialização, como os ocorridos em muitos países industrializados após terem atingido a renda per capita associada ao ponto de inflexão da relação entre emprego na manufatura e renda per capita. Nesses países industrializados, o que ocorre é um processo de pós-industrialização, no qual as economias maduras sofrem com mudanças no emprego da manufatura em direção a outras atividades, principalmente serviços, o que é um resultado normal de seu processo de desenvolvimento econômico.

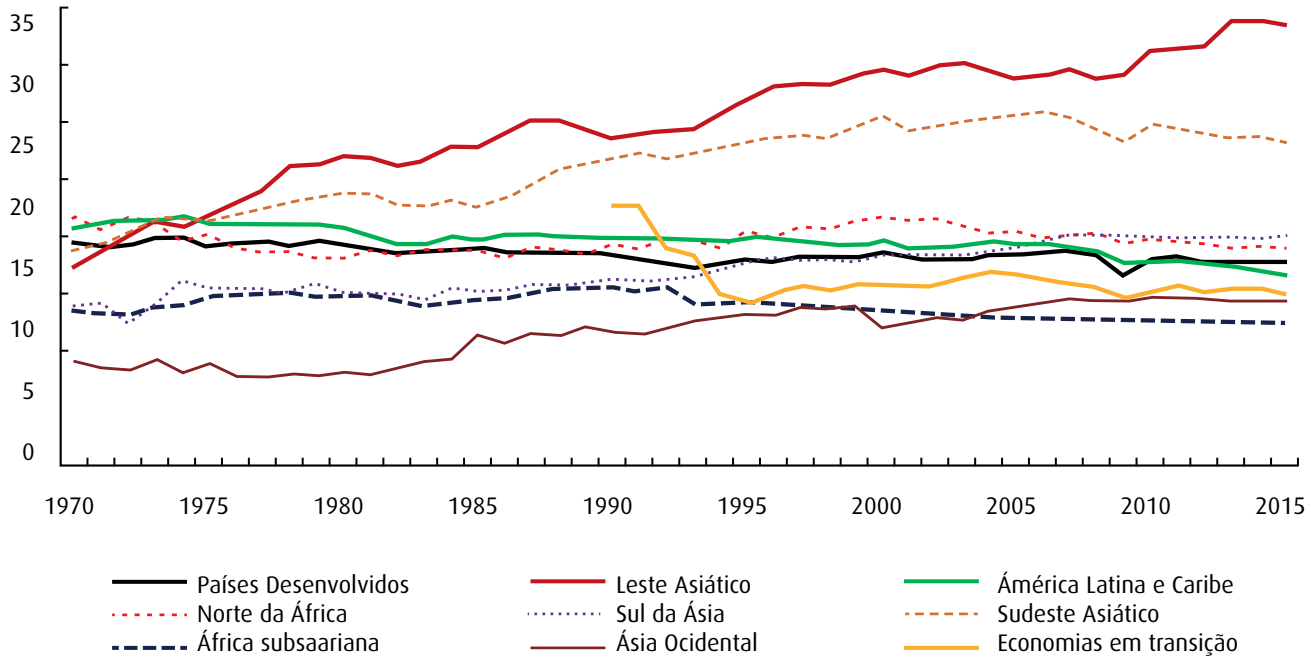
Em países industrializados, o que ocorre é um processo de pós-industrialização, resultado normal de seu processo de desenvolvimento econômico.

Tregena (2009) complementa que definir a desindustrialização apenas como a queda na participação do emprego da manufatura no total do emprego é um conceito restrito, uma vez que negligencia as tendências na participação da produção industrial no total da produção da economia. Tal entendimento poderia levar a interpretações equivocadas, por exemplo, no caso de uma queda na participação do emprego industrial paralelamente a um crescimento da produção industrial com aumento da parcela da manufatura no PIB, não necessariamente prejudicaria a capacidade da manufatura de puxar o crescimento de longo prazo da economia.

3. Algumas evidencias sobre a trajetória do setor manufatureiro na economia global

Considerando apenas o setor manufatureiro, o gráfico 1 evidencia as trajetórias distintas entre os grupos regionais. De 1970 a 2015, com exceção das regiões asiáticas, houve uma redução generalizada da participação do setor manufatureiro no valor adicionado total. Nesse período, a participação relativa dentro do grupo dos países desenvolvidos reduziu-se em 8,5%, na América Latina em 19,8%, Norte da África 11,8% e África Subsaariana

Gráfico 1 – Parcela do setor manufatureiro no valor adicionado total regional, 1970-2015 (%, em US$ constantes de 2005)



Fonte: Elaboração dos autores, baseados em UNCTAD (2017).

Nota: Valores regionais correspondem a médias não ponderadas. Setor manufatureiro corresponde ao setor D da ISIC Rev. 3. As amostras de grupos de países são as seguintes: Países desenvolvidos: Alemanha, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido e Suécia. Norte da África: Egito e Marrocos. África Subsaariana: África do Sul, Botswana, Etiópia, Gana, Malawi, Maurícia, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia e Zâmbia. América Latina e Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Venezuela. Leste Asiático: China, Coreia do Sul e Taiwan. Sudeste Asiático: Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia. Sul da Ásia: Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka. Ásia Ocidental: Arábia Saudita, Bahrein, Jordânia, Síria e Turquia. Economias em transição: Albânia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Geórgia, Macedônia, Moldávia, Quirguistão, Rússia e Ucrânia.

em 7,0%. Nas economias em transição houve declínio de 33,5% em 2015 relativamente ao ano de 1990. Por outro lado, a participação do setor manufatureiro elevou-se consideravelmente nos grupos de países do Leste Asiático (120,6%), Ásia Ocidental (60,8%), Sudeste Asiático (50,2%) e Sul da Ásia (42,6%). Como resultado desse processo, a participação da indústria de transformação nos países do Leste e Sudeste asiático encontra-se hoje bastante superior àquela dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que se observa uma redução do "*gap* industrial" das demais economias em desenvolvimento e em transição *vis-à-vis* as economias avançadas, embora essa convergência tenha ocorrido dentro de uma tendência de declínio generalizado do setor manufatureiro.

Em relação ao emprego no setor manufatureiro, o quadro é ligeiramente distinto daquele observado na participação do valor adicionado do setor. No grupo de países desenvolvidos, a outra face da desindustrialização mostra-se bem mais acentuada. Conforme a Tabela 1, na América Latina, o emprego no setor manufatureiro tem recuado desde a década de 1980, quando assinalava 15,7% do total, chegando a 12,2% em 2015. Note-se que em algumas economias na região esse processo tem se dado de forma mais lenta (Brasil e México) e em outros de forma muito acelerada (Argentina e Chile).

O emprego no setor manufatureiro tem recuado desde a década de 1980.

A queda do emprego industrial também é significativa a partir dos anos 1980 nos países desenvolvidos, na África do Sul, ao passo que nos demais países da África e na Índia houve relativa estabilidade do setor, com ligeiro crescimento no período. Em contraste, no Leste e Sudeste asiático nota-se um forte crescimento do emprego nas manufaturas, embora economias atualmente mais maduras como Coreia do Sul e Cingapura afetem negativamente o comportamento das médias regionais especialmente a partir dos anos 1990, como evidencia a Tabela 1.

Essa redução da participação da indústria no PIB e do emprego industrial no emprego total pode ser uma consequência natural do processo de crescimento das economias, isto é, conforme os países crescem é normal o aumento do setor de serviços em detrimento da participação do setor industrial. Outras variáveis ligadas a estabilidade macroeconômica, como por exemplo, as taxas de juros e as taxas de câmbio, são fatores que podem contribuir para o desempenho do setor industrial, em especial nos países em desenvolvimento, sendo que os efeitos dessas variáveis macroeconômicas sobre a indústria podem ser exacerbados pelo grau de abertura das economias ao exterior. Outro fator relevante é a possível ocorrência de doença holandesa, que poderia estar relacionada, por exemplo, a um aumento da exportação de produtos primários. Também merece destaque para o caso das economias desenvolvidas o fenômeno da deslocalização da indústria, mais especificamente o fato de que muitas grandes empresas de economias desenvolvidas estão alocando suas plantas em economias em desenvolvimento com menores custos de produção. Por fim, a intensificação da desindustrialização poderia resultar de políticas inadequadas e uma mudança estrutural negativa que se manifesta pelo aumento da financeirização da economia em detrimento do setor real[1].

Essa redução da participação da indústria no PIB e do emprego industrial no emprego total pode ser uma consequência natural do processo de crescimento das economias.

[1]*Sobre as causas da desindustrialização nas economias desenvolvidas e em desenvolvimento ver Araújo et al. (2018).*

Tabela 1 – Participação do setor manufatureiro no emprego total, 1970-2015 (em %)

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Países desenvolvidos	28.5	27.0	25.3	23.2	22.7	20.0	18.7	16.4	13.6	13.1
Alemanha	39.5	35.7	34.0	32.3	31.6	25.0	23.8	22.1	20.0	19.3
Japão	27.0	25.8	24.7	25.0	24.1	22.6	20.5	18.0	16.8	16.2
Reino Unido	34.7	30.6	27.7	22.6	28.7	18.9	16.9	13.2	9.8	9.6
Estados Unidos	22.2	19.8	19.2	18.1	16.8	15.5	15.2	12.4	11.0	11.0
America Latina e Caribe	15.5	15.5	15.7	14.9	15.8	14.9	13.6	13.1	12.6	12.2
Argentina	23.5	21.6	21.4	24.7	24.3	20.0	14.0	14.3	13.6	13.1
Brasil	13.3	13.3	15.0	14.7	15.2	14.9	13.9	14.2	12.7	11.8
Chile	20.1	20.7	17.3	13.8	16.1	16.3	14.0	13.1	11.3	11.1
México	18.0	18.8	19.9	19.2	19.2	15.6	19.6	16.8	15.4	16.0
Leste Asiático	13.7	25.0	27.3	26.6	25.1	20.9	18.2	17.3	16.8	15.8
China	7.8	10.3	13.8	14.8	14.9	15.4	14.5	16.4	19.2	...
Hong Kong	...	44.8	42.1	36.1	27.7	18.4	10.4	6.7	3.8	3.0
Coreia do sul	13.2	18.6	21.6	23.4	27.2	23.6	20.3	18.5	17.0	17.4
Sudeste Asiático	11.7	12.8	14.1	13.2	15.2	16.7	16.5	14.8	14.0	13.3
Indonésia	7.9	6.7	9.0	9.3	10.1	12.6	13.0	12.7	12.5	13.7
Malásia	...	9.9	13.7	13.4	17.7	23.3	24.4	20.8	17.7	16.5
Tailândia	5.4	10.3	7.9	8.5	10.2	13.4	14.5	14.8	14.1	17.0
Sul da Ásia	9.4	11.3	11.8	11.3	12.6	12.5	10.1	13.7	13.6	16.8
Índia	9.4	9.0	9.1	9.6	10.5	10.7	11.4	11.6	11.6	...
Paquistão	...	13.6	14.5	13.7	12.7	10.4	11.5	13.7	13.5	15.5
Sri Lanka	...	...	12.0	12.6	14.6	16.3	...	18.4	17.1	18.0
Oeste da Ásia	12.6	11.8	12.2	14.8	14.5	15.5	13.5	11.2	13.4	12.9
Turquia	...	...	...	14.6	14.8	14.9	15.8	...	18.7	18.7
Norte da África	13.0	13.6	14.6	14.4	14.2	14.5	13.1	12.6	12.7	11.1
Egito	15.1	14.4	14.7	13.3	13.0	14.2	11.9	11.5	12.1	11.2
África Subsaariana	6.4	7.9	8.4	8.5	9.6	11.0	11.2	9.2	9.3	13.3
Sul da África	13.3	14.2	16.5	16.1	14.7	13.2	14.9	15.6	13.3	11.2
Economias em transição	...	...	19.8	18.0	19.4	13.0	8.9	11.3	9.3	11.2
Rússia	...	...	...	...	26.5	21.9	19.5	18.2	15.2	14.3

Fonte: Elaboração do próprio autor, com base em ILOSTAT(2019) GGDC-10 (2019).

Nota: Os valores regionais correspondem a médias não ponderadas. O setor manufatureiro corresponde ao setor D da CITA Rev.3 ou C em Rev. 4. As amostras dos grupos de países são as seguintes: Países desenvolvidos: Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos, Espanha, Suécia, Estados Unidos. Unido e os Estados Unidos da América. Norte da África: Egito e Marrocos. África Subsaariana: Botsuana, Etiópia, Gana, Quênia, Malaui, Maurício, Nigéria, Senegal, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zâmbia. América Latina e Caribe: Argentina, República Bolivariana da Venezuela, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e o Estado Plurinacional da Bolívia. Ásia Oriental: China, Hong Kong, República da Coreia e Taiwan. Sudeste Asiático: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. Economias de transição: Albânia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguizistão, Antiga República Jugoslava da Macedónia, República da Moldávia, Federação da Rússia e Ucrânia.

A desindustrialização faz parte do processo natural de desenvolvimento das economias e, sendo assim, pode trazer consequências importantes para suas trajetórias de crescimento e desenvolvimento.

4. Considerações finais

Os dados evidenciam que o fenômeno da desindustrialização é uma característica da maioria das economias desenvolvidas e em desenvolvimento, sendo exceção as economias do leste asiático. Não necessariamente a desindustrialização faz parte do processo natural de desenvolvimento das economias e, sendo assim, pode trazer consequências importantes para suas trajetórias de crescimento e desenvolvimento econômico pela importância do setor industrial para o crescimento das economias. Sendo assim, é preciso examinar mais atentamente as causas e os custos da desindustrialização, tanto nas economias desenvolvidas como nas economias em desenvolvimento.

Referências e indicações para a leitura

- ARAUJO, E.; ARAÚJO, E. ; PUNZO, L. ; PERES, S. Uma investigação sobre os determinantes da desindustrialização: teorias e evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento (1970-2015). In: Anais do XI Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2018.
- DOSI, G. The nature of the innovative process. In DOSI, G. et al (eds). Technical Change and Economic Theory. London Pinter Publishers, 1988.
- GGDC. Groningen Growth and Development Centre. GGDC-10 Sector Database. Available in: https://www.rug.nl/ggdc/productivity/10-sector/. Acessed on 03/02/2019.
- ILOSTAT. International Labour Organization. Key Indicators of Labor Market. Available in: https://www.ilo.org/ilostat/faces/ilostat-home/home?_adf.ctrl-state=17k9dwooqa_4&_afrLoop=275850321031710#!. Acessed on 02/28/2019.
- KALDOR, N., 1966. Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom. An Inaugural Lecture. Cambridge University Press, Cambridge.
- NELSON, R.;WINTER, S.G. An Evolutionary Theory of Economic Change. Cambridge, Harvard University Press, 1982.
- PALMA, J.G. (2005), 'Four sources of "de Industrialisation" and a new concept of the "Dutch disease"', in J.A. O'campo (ed.) (2005), Beyond Reforms: Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability, New York: Stanford University Press and World Bank.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org). Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, [1949] 2000.
- THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, v. 32, nº. 128, p. 45-53, 1979.
- TREGENNA, F. (2009). Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. Cambridge Journal of Economics, Vol. 33.
- UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. Trade and Development Report, 2017: Structural transformation for inclusive and sustained growth. United Nations publication. Sales No. E.16.II.D.5. New York and Geneva.

OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Por Hoyêdo Nunes Lins

O presente artigo versa sobre a dimensão espacial do desenvolvimento, tema que ganhou importância internacionalmente desde os anos 1950, pelo menos. Argumenta-se que a globalização impõe desafios para as estruturas sociais e produtivas em diferentes escalas e que os respectivos processos chamam a atenção para as desigualdades de desenvolvimento, interpelando os formuladores de políticas. De outra parte, assinala-se que a mobilidade do capital, tornada mais intensa, repercute nos territórios e suscita reflexão. Breves ilustrações sobre essa problemática específica são apresentadas principalmente com base em algumas experiências observadas em Santa Catarina.

O INTERESSE PELA DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO

Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial assistiram à entronização do ideário do desenvolvimento em diferentes países. Várias regiões do mundo registraram tentativas rumo ao que se pretendia como modernização das estruturas sociais e produtivas na escala dos estados nacionais. Um importante objetivo era reduzir a distância em relação às economias mais dinâmicas, com níveis mais altos de produção e consumo e de acesso a serviços importantes.

A expansão da indústria foi o caminho vislumbrado e privilegiado.

A expansão da indústria foi o caminho vislumbrado e privilegiado. De alguma forma, isso refletia o entendimento segundo o qual a trajetória industrial do Ocidente, em especial o noroeste da Europa e a América do Norte, indicava a orientação a ser adotada. Países da América Latina, da África e da Ásia procuraram trilhar essa via, com variados graus de sucesso. No subcontinente latino-americano, o Brasil oferece, talvez, a mais sugestiva ilustração a respeito.

HOYÊDO NUNES LINS
Universidade Federal de Santa Catarina

Articulada ao ideário do crescimento industrial, marcou o período a atenção crescente para com a dimensão espacial do desenvolvimento. De fato, ao lado da dimensão temporal, dominante e sempre destacada entre os economistas, ganhou terreno o interesse por questões referentes às desigualdades socioespaciais e à localização das atividades econômicas, principalmente as industriais, entre outros assuntos nos quais o componente "espaço" ganhou proeminência.

Isso ocorreu em contexto no qual se entendia que a persistência das disparidades de desenvolvimento entre segmentos dos territórios dos países representava ameaça à coesão social e mesmo à unidade nacional. Disseminando-se sobretudo em solo europeu, essa visão teve consequências importantes, a julgar pela clara e efetiva incorporação do problema referente àquelas desigualdades em diversas agendas governamentais.

Também se avaliava que a presença de áreas subnacio-nais remotas e carentes, com escassa vitalidade econômica em termos relativos, significava menores possibilidades de desenvolvimento em termos agregados, na escala do país. O motivo é que aquele quadro representaria, entre outras coisas, recursos desperdiçados, ociosos ou subutilizados, além de prejudicar a própria integração nacional.

Isso significa que desenvolvimento no plano da nação e desenvolvimento regional passaram a ser vistos como questões inter-relacionadas. Assim, na esfera das políticas de promoção, objetivos de desenvolvimento nacional e regional passaram a se mostrar entrelaçados. O estímulo ao crescimento industrial, por exemplo, ia de par com o interesse em sustentar e acelerar a expansão econômica e o desenvolvimento no plano regional.

A teoria dos polos de crescimento/desenvolvimento, indissociável dos estudos do economista francês François Perroux, desempenhou importante papel com respeito ao assunto. Seus conceitos nutriram simultaneamente análises de processos observados e iniciativas de política de desenvolvimento regional. Também tiveram influência as contribuições do alemão Albert Hirschman e do sueco Gunnar Myrdal, que incluíram advertências sobre os possíveis efeitos negativos que a expansão econômica nos polos poderia gerar nos respectivos entornos.

Na esfera das políticas de promoção, objetivos de desenvolvimento nacional e regional passaram a se mostrar entrelaçados.

Em maior ou menor grau, essa perspectiva analítica e o uso dos polos em políticas e ações estiveram presentes em quase todos os países onde se procurou atacar o problema dos desequilíbrios inter-regionais e promover o crescimento econômico das áreas necessitadas. Invariavelmente, vigorou a pretensão de que o impulso econômico efetuado num "ponto" do espaço (uma cidade, uma região urbana) induzisse e irradiasse a expansão econômica, mediante diferentes tipos de conexões. O balanço geral dos resultados, todavia, não autoriza muito entusiasmo.

O Brasil não representou exceção no realce adquirido por essa teoria, como demonstrado, talvez principalmente, por iniciativas dos anos 1970. De fato, referências a programas regionais como Polamazônia e Polonordeste frequentaram, com alguma assiduidade, documentos técnicos e estudos acadêmicos, além de figurarem em coberturas jornalísticas. Uma ilustração do sentido e dos resultados de medidas com esse perfil diz respeito, por exemplo, ao Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

A espacialidade do desenvolvimento sob o signo da globalização.

O interesse pela dimensão espacial do desenvolvimento só fez crescer com a globalização. Até onde se pode perceber, isso teve lugar em diferentes latitudes do sistema mundial, com incidência em numerosos países e regiões.

Observe-se que, embora o termo possa significar diferentes coisas, conforme as disciplinas acadêmicas e os ângulos de visão, a globalização remete quase sempre ao aprofundamento da fragmentação produtiva entre territórios muitas vezes distantes entre si. A vinculada distribuição de funções é seguida de intensificação dos vínculos comerciais envolvendo notadamente peças e componentes, como observado em vários setores industriais.

A globalização remete quase sempre ao aprofundamento da fragmentação produtiva entre territórios muitas vezes distantes entre si.

Os arranjos e fluxos ligados a esse comércio mostram-se amplamente transfronteiriços, e é notável a sua intensidade entre países e regiões do Leste e do Sudeste da Ásia. Contudo, a movimentação nesses termos costuma ocorrer em escala intercontinental, exibindo abrangência verdadeiramente global.

Expressão que permite captar essa configuração é cadeia global de valor, cujo uso se disseminou desde o começo do século XXI. Caracterizando a produção e o comércio internacional em diferentes setores industriais – dos automóveis aos alimentos, dos computadores às confecções –, tais cadeias se expressam em marcada e fortemente hierarquizada divisão espacial (internacional) do trabalho.

Essas estruturas permitem igualmente observar terceirização ou subcontratação produtiva internacional, com coordenação e mesmo exercício de poder protagonizados pelas empresas maiores e mais fortes. Em alguns setores, são poucas as corporações que efetivamente exercem esse tipo de papel. A indústria automotiva, que constitui um grande oligopólio internacional, apresenta uma das melhores indicações.

No tocante a essas cadeias, a globalização fortalece o interesse pela dimensão espacial do desenvolvimento porque o modo como países e regiões participam dos vínculos produtivos e comerciais costuma ter variadas e importantes consequências. A natureza e a forma da inserção têm grande influência nas possibilidades de crescimento econômico e desenvolvimento dos países e regiões no período atual.

Na divisão do trabalho que permeia essas relações produtivas e comerciais, as atividades com níveis tecnológicos e salariais mais baixos convivem com escassa

Caracterizando a produção e o comércio internacional em diferentes setores industriais – dos automóveis aos alimentos, dos computadores às confecções –, as cadeias globais de valor se expressam em marcada e fortemente hierarquizada divisão espacial (internacional) do trabalho

agregação de valor, comparativamente falando. Para os territórios e sociedades assim implicados, a participação em cadeias globais representaria menores possibilidades, no cotejo com o observado em países centrais da economia mundial, onde tendem a se concentrar o dinamismo inovador e o essencial do comando e coordenação dos vínculos globais.

A indústria de confecções é especialmente sugestiva a esse respeito. Grandes empresas ocidentais, donas de marcas respeitadas e com domínio sobre o acesso aos mercados finais, contratam a produção – impondo os parâmetros – junto a fabricantes situados na periferia do sistema mundial. As empresas globais que comandam esses vínculos são conhecidas: referências a elas geralmente estão presentes em catálogos de artigos de vestuário esportivo ou de produtos *fast fashion*.

As atividades com níveis tecnológicos e salariais mais baixos convivem com escassa agregação de valor, comparativamente falando.

Os territórios onde essa contratação se materializa praticamente só interessam às empresas líderes como espaços de produção. A atratividade desses ambientes, isto é, o motivo básico pelo qual canalizam contratos de fornecimento, reside em padrões de remuneração e condições trabalhistas refletidos em custos mais baixos de produção. Não raramente, observam-se nessas realidades complacência e descaso de autoridades locais para com o descumprimento de leis e normas trabalhistas. Países e regiões pobres de Ásia, África e América Latina exibem várias situações desse tipo.

As perspectivas desses espaços perante a globalização assim manifestada não são animadoras, pois tais países e regiões ocupam o lado mais adverso no quadro de aparente aprofundamento das desigualdades no plano mundial. Esses locais aparecem em situação precária quanto ao dinamismo da economia e às possibilidades de desenvolvimento, o mesmo podendo ser dito – ainda com mais razão – sobre os avanços tecnológicos e a capacidade de inovação, esferas de importância estratégica em meio ao acirramento da concorrência que marca a atualidade.

Poucos discordariam de que, nessas circunstâncias, crescem e se intensificam os desafios com que se deparam os responsáveis pela promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. Isso é observado nos níveis nacional e local-regional de formulação e execução de políticas e iniciativas.

Mobilidade do capital e possibilidades para as estruturas locais

Paralelamente à intensificação do comércio e da fragmentação produtiva, o período atual também exibe uma grande mobilidade do capital através das fronteiras. Investimentos de *portfolio* atingem elevados patamares, e o mesmo ocorre nos investimentos externos diretos envolvendo criação de novas capacidades produtivas ou compras de instalações já existentes. Os imperativos da globalização (sobretudo a maior concorrência) subjazem amplamente a tais processos.

Essa movimentação do capital, mormente no setor produtivo, tem consequências nos ambientes implicados. Nos espaços que registram saídas de atividades, ligadas a processos de reestruturação (em setores, em empresas) refletidos em contração da capacidade instalada na origem e em mudanças locacionais, situações de declínio econômico podem se produzir, gerando crises mais ou menos prolongadas.

Exemplos desse tipo de problema não faltam. Um dos mais divulgados internacionalmente foi objeto de

filme-documentário de Michael Moore *(Roger & Me)* sobre o fechamento de fábricas da *General Motors* em Flint, no estado americano de Michigan, nos anos 1980, expondo as graves dificuldades locais decorrentes de reestruturação corporativa que incluía transferências de fábricas para o México.

Também no Brasil podem ser apontadas ilustrações. O oeste catarinense testemunhou nos anos 1990 mudanças na agroindústria de carnes, carro-chefe da economia regional, que envolveram grandes investimentos de empresas de origem local em outras regiões do país. Em meio a processo que abrangia importante restruturação produtiva, não limitado aos investimentos extrarregionais, caiu bastante o número de propriedades rurais inseridas no historicamente instalado sistema de integração entre agricultura familiar e empresas de abate (porcos, aves) e processamento, nutrindo evasão populacional em vários municípios induzida pelo estreitamento das possibilidades locais.

Os efeitos socioterritoriais não são menos importantes em áreas para as quais os investimentos se dirigem. Nesses destinos podem ocorrer alterações de patamar tecnológico e avanços organizacionais, com modernização

O motivo básico pelo qual canalizam contratos de fornecimento reside em padrões de remuneração e condições trabalhistas refletidos em custos mais baixos de produção.

produtiva, entre outros aspectos. Mas também podem ser verificados, ou ao menos se intensificarem, movimentos de desestruturação de atividades ou práticas há longo tempo enraizadas, com importantes repercussões econômicas e sociais.

Mostra-se sugestivo a esse respeito o que aconteceu no setor lácteo brasileiro depois da vigorosa intensificação da presença, nos anos 1990, da multinacional de origem italiana Parmalat. A investida se caracterizou pela escalada na absorção de laticínios locais e pela configuração de situações de exclusividade na canalização da matéria prima em diversas bacias leiteiras, alterando estruturas tradicionais. No começo da década seguinte, com a crise que levou a companhia à falência, dificuldades foram amargadas por produtores de leite e outros fornecedores sobretudo onde a Parmalat criara fortes vínculos.

Em áreas tipificadas como *clusters* industriais, os investimentos de origem extrarregional tendem a repercutir fortemente.

Notadamente em áreas tipificadas como *clusters* industriais – aglomerações geográficas de produtores setorialmente especializados que atuam em meio a "tecidos institucionais" de apoio –, os investimentos de origem extrarregional tendem a repercutir fortemente. Esse problema tem motivado estudos sobre experiências em diversos países: como os clusters são geralmente formados em longos processos históricos, exibindo, portanto, enraizamento em termos produtivos, institucionais e mesmo socioculturais, não surpreende que o potencial transformador incrustado na vinda de capitais externos represente assunto de interesse nas pesquisas e interpele os formuladores de políticas.

Duas ilustrações catarinenses sobre acenos de

importantes reflexos ligados à chegada de interesses empresariais externos em ambientes daquele tipo podem ser incorporadas. Uma se refere ao setor de revestimentos cerâmicos do sul de Santa Catarina, importante reduto de produção de pisos e azulejos nacionalmente reconhecidos. No intervalo de poucos meses, no período recente, foram vendidas duas tradicionais empresas do setor, surgidas em Criciúma (maior cidade da região) nos anos 1960: no segundo semestre de 2018, a Eliane passou às mãos do grupo americano Mohawk Industries; no primeiro semestre de 2019, a Cecrisa foi comprada pela brasileira Duratex.

A Eliane e a Cecrisa eram (são) pilares do *cluster* ceramista do sul catarinense. Principalmente em torno de ambas, constituiu-se arranjo com diversos protagonistas das atividades vinculadas, como os colorifícios (fornecedores de insumos minerais para uso na decoração de produtos cerâmicos) e outros fornecedores, além de instituições. Presentes em setor com grande abrangência e forte enraizamento socioeconômico no sul desse estado, os agentes e atores locais que gravitam em torno da produção ceramista certamente perscrutam o futuro procurando decifrar o que a ocorrida mudança patrimonial lhes poderá reservar, assim como à economia da região.

Com a crise que levou a Parmalat à falência, dificuldades foram amargadas por produtores de leite e outros fornecedores sobretudo onde ela criara fortes vínculos.

A outra ilustração diz respeito à instalação, com início de funcionamento em 2014, de uma montadora de automóveis da alemã BMW em Araquari, município da região nordeste de Santa Catarina, vizinho de Joinville. Em iniciativas desse tipo, as possibilidades de indução econômica e desenvolvimento local ou regional têm muito a ver com a política da recém-chegada grande empresa em termos de compras e procura de serviços in loco. Ora, mesmo possuindo fábricas em vários países, o Grupo BMW, no ano em que suas operações começaram em Araquari, adquiria na Europa nada menos que 80% do que utilizava para produzir veículos (em todos os lugares).

Isso justifica indagações sobre a representatividade da presença dessa montadora para o tecido industrial do nordeste de Santa Catarina, particularmente de Joinville, principal bastião do complexo eletro-metalmecânico em terras catarinenses, um cluster com esse perfil. De todo modo, o próprio anúncio de que a BMW se instalaria no estado bastou para que, ao menos no âmbito da Federação das Indústrias de Santa Catarina, na sua Câmara de Desenvolvimento da Indústria Automotiva, o assunto da participação de fabricantes locais de autopeças e componentes na cadeia de fornecimento da montadora passasse a ser sistematicamente considerado.

A título de epílogo

Em face dos desafios (e oportunidades) da globalização, as políticas e iniciativas de promoção das atividades econômicas e de apoio ao desenvolvimento têm a sua importância magnificada. Nos ambientes envolvidos (regiões, cidades), o assunto há de representar motivação para que estratégias sejam delineadas e ações correspondentes, protagonizadas. Isso é terreno a ser laborado no marco de interações construtivas envolvendo representantes de todos os segmentos das sociedades implicadas. A ideia de força-tarefa no âmbito territorial, estruturada com vistas às providências necessárias, não parece desprovida de sentido. Mobilizar os agentes e garantir-lhes representatividade nos debates e nas definições constituiriam procedimentos inescapáveis.

INSERÇÃO INTERNACIONAL: DESNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Por Antonio Corrêa de Lacerda

A crise brasileira persiste. Falta-nos um projeto mais abrangente de desenvolvimento, no qual a questão da inserção internacional esteja contemplada. Uma das faces mais relevantes da atual crise brasileira é o impacto do problema da indústria, dada a sua capilaridade e interrelação com os demais macrossetores e ainda o seu relevante papel para a geração de valor agregado, emprego, renda, tecnologia e arrecadação de tributos.

A crise no setor industrial brasileiro é estrutural e persiste há anos. O nível médio atual da produção industrial atual é semelhante ao de dez anos atrás, quando o Brasil começava a superar os impactos dos efeitos da crise *subprime* norte-americana. Vários fatores estruturais têm impactado negativamente a indústria brasileira, que vive os efeitos da desindustrialização precoce. Crédito caro e escasso, política cambial errática e longo período de valorização do real, mais as

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
Professor-doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp e autor de livros e artigos. É vice-presidente do Cofecon.

A balança comercial brasileira segue superavitária, influenciada pelo excelente desempenho dos complexos agro, mineral e de carnes.

agruras do "custo Brasil", se encarregaram de agravar o aprofundamento da crise. Condições macroeconômicas desfavoráveis e políticas industriais titubeantes tampouco reverteram a situação.

A crise no setor industrial brasileiro é estrutural e persiste há anos. O nível médio atual da produção industrial atual é semelhante ao de dez anos atrás.

O resultado foi o avanço das importações, especialmente advindas da China, substituindo a produção local. As exportações de industrializados também prejudicadas pelos mesmos fatores mencionados perderam espaço, ou estagnaram em um mercado internacional hipercompetitivo. A balança comercial brasileira segue superavitária, influenciada pelo excelente desempenho dos complexos agro, mineral e de carnes. Mas a questão aqui não é "ou", mas, "e". O Brasil é um dos poucos países que pode manter ampla pauta de produção e exportação nos setores em que já mantem posição de destaque, sem, no entanto, em detrimento da indústria e serviços sofisticados.

Os industriais brasileiros, aqueles que não atuaram em setores diretamente ligados a commodities, ou de setores oligopolizados, foram "empurrados", por sobrevivência, ou senso de oportunidade, para a importação e o rentismo.

Mais recentemente, entre 2015, 2016 e os anos seguintes a crise brasileira trouxe um fator conjuntural que impactou fortemente a indústria brasileira. Desde então a "recuperação" segue adiada, como denotam os dados já mencionados.

Os desafios que se apresentam para o futuro, portanto, envolvem não apenas a correção dos graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria, mas a definição e implementação e politicas de competitividade (politicas: industrial, comercial e de inovação) nos moldes das melhores práticas internacionais e locais. Seria equivocado apostar que apenas as "forças do mercado" e a "fé" na abertura comercial poderiam por si só nos recolocar no caminho do desenvolvimento. Não foi assim nas melhores experiências internacionais conhecidas.

Os desafios que se apresentam para o futuro envolvem a correção dos graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria.

Os pressupostos da chamada Indústria 4.0 estão a nos exigir estratégias ousadas, mas, igualmente, seria um equivoco desconsiderar a experiência da indústria tradicional e resiliente no Brasil. Isso não vai se dar, somente pelas "forças do mercado". Uma boa estratégia pressupõe o diagnóstico adequado. Do contrário, avaliações equivocadas nos levarão, inexoravelmente, a falsas soluções.

Os riscos da desnacionalização

A inserção externa deve ser abordada sob os mais variados aspectos, como o comercial, produtivo, tecnológico, soberania, dentre outros. É nesse contexto que a questão da desnacionalização de empresas brasileiras, públicas e privadas, deve ser avaliado. O tema é bastante polêmico e não sem razão. A aquisição de empresas brasileiras por estrangeiros, a par de qualquer traço de xenofobia, representa, inquestionavelmente, a transferência de centros de decisão para o exterior. Trata-se de uma mudança que representa impactos significativos para a estratégia nacional de desenvolvimento, implicando questões como cadeia de fornecedores, nível de tecnologia e emprego, grau de concorrência, balanço de pagamentos, etc.

A aquisição de empresas brasileiras por estrangeiros, a par de qualquer traço de xenofobia, representa, inquestionavelmente, a transferência de centros de decisão para o exterior.

A visão liberal de mercado se mostra favorável aos ingressos de investimentos diretos estrangeiros, levando em conta as suas externalidades. Já se apurou que, no entanto, isso não ocorre de forma automática, dependendo do ambiente sistêmico, das políticas de competitividade, além de uma necessária negociação com as empresas, no âmbito das cadeias globais de valor e o papel a ser representado pela empresa sediada no país hospedeiro. Daí a importância de um maior conhecimento do tema, assim como a formulação de estratégia, tendo em vista os vários aspectos envolvidos na questão.

A internacionalização das empresas foi intensificada especialmente a partir da década de 1990, impulsionada pela globalização financeira que potencializou a capacidade de expansão além-fronteira das empresas transnacionais. Vários países, mais recentemente, com

O Estado não pode se eximir da tarefa de regulação, coordenação e fiscalização das atividades.

destaque para a China têm ampliado a atividades no exterior das suas empresas com vista à autossuficiência energética, hídrica e alimentícia.

.A internacionalização das empresas foi intensificada especialmente a partir da década de 1990.

Nesse sentido, como exemplo, na aquisição por parte de uma empresa estrangeira de uma distribuidora local de energia, para além dos aspectos de segurança e defesa envolvidos, há a questão da cadeia de fornecedores envolvida. Muitas vezes há um objetivo claro do investidor de ampliar o espaço das suas empresas no fornecimento de equipamentos e serviços especializados. Assim, há impactos potenciais significativos não apenas na política de investimentos, mas na cadeia de fornecedores e, portanto, de emprego.

Sob o ponto de vista concorrencial nos casos em que a desnacionalização envolve uma privatização, concessão, ou ainda uma Parceria Público Privada (PPP), a questão adicional é quanto às consequências da transformação de um monopólio, ou oligopólio público, em privado. Embora o Estado não precise ser necessariamente o operador em áreas como energia, saneamento, transportes, dentre outras, esse não pode se eximir da tarefa de regulação, coordenação e fiscalização das atividades. O risco é deixar vulneráveis as empresas, os cidadãos e consumidores, no que toca à fixação dos preços e tarifas cobradas, das contrapartidas de realização de investimentos, definição de padrões tecnológicos, manutenção e geração de postos de trabalho, etc.

Pouco se debruçou sobre uma avaliação dos aspectos positivos e negativos do processo, apesar da relevância do tema e das experiências passadas, nacionais e internacionais.

Todas essas questões não são necessariamente novas. Nos anos 1990 houve um processo representativo tanto de desnacionalização de empresas brasileiras, em muitos

casos envolvendo a privatização. No entanto, pouco se debruçou sobre uma avaliação dos aspectos positivos e negativos do processo, apesar da relevância do tema e das experiências passadas, nacionais e internacionais.

Há o ainda aspecto das contas externas. Todo ingresso de capital estrangeiro tem como contrapartida a remuneração aos seus acionistas. Grande parte dos ingressos está relacionada não a novos projetos, mas a transferências patrimoniais. O agravante é que em muitos casos se dá em setores não exportadores, ou seja, que não gerarão receitas em dólares, mas demandarão remessas futuras de pagamento de lucros e dividendos, além de outras despesas, nessa moeda.

No quesito ingressos de investimentos diretos estrangeiros (IDE), o bom desempenho brasileiro no que toca à sua atratividade chama a atenção, especialmente se considerarmos que a economia não apresenta crescimento significativo há vários anos. Mas, certamente, quem toma a decisão de investir no Brasil não está considerando o desempenho de curto prazo, nem o do próximo ano, mas da próxima década. Assim, o fator de estamos dentre as dez maiores da economia mundial e o potencial de mercado equivalente é sempre um atrativo para quem quer fazer investimentos mundo afora.

O fato de estamos dentre as dez maiores da economia mundial e o potencial de mercado equivalente é sempre um atrativo para quem quer fazer investimentos mundo afora.

Sob o ponto de vista do balanço de transações correntes, embora importantes no curto prazo por representarem a maior fonte de financiamento do déficit em transações correntes, os novos ingressos, no entanto, não garantem a sustentabilidade intertemporal das contas externas. Isso porque mais investimentos estrangeiros na nossa economia significam mais remessas de lucros e dividendos futuros, onerando a conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos.

Assim, é muito importante que os novos ingressos de IDE representem não apenas uma maior qualidade no que se refere à sua composição, mais *greenfields*, (novos empreendimentos) e não apenas transferências patrimoniais, que é o que ocorre quando estão relacionados a compra de empresas já existentes, mas que também signifiquem novos potenciais de inovação, produtividade e exportações.

O IDE no mundo todo desempenha um papel apenas marginal, sendo responsável por apenas cerca de 15% da formação bruta de capital dos países.

É importante destacar que sob o ponto de vista dos investimentos, o IDE no mundo todo desempenha um papel apenas marginal, sendo responsável por apenas cerca de 15% da formação bruta de capital dos países. A dinâmica do investimento é mesmo dada pelo investimento doméstico, sendo o capital estrangeiro apenas complementar. No entanto, apesar dessa ressalva, o IDE pode representar um papel estratégico relevante, principalmente levando em conta que representa inversões de grandes empresas globais que têm grande influencia nas inovações, nas exportações e demais atividades, podendo viabilizar a inserção do país hospedeiro às grandes cadeias de suprimento internacionais.

Essas vantagens, no entanto, não são automáticas. Elas dependem fundamentalmente de alguns aspectos relevantes dos países receptores: a competitividade sistêmica, as políticas públicas e a capacidade de negociação. Ou seja, é muito relevante para se

aproveitar as vantagens potenciais do IDE contar com um ambiente competitivo, como política cambial, juros, etc., implementar políticas públicas que favoreçam a produção, a inovação e as exportações, e manter um diálogo constante dos decisores de política econômica com a alta gestão das empresas já instaladas e novos ingressantes, no sentido de viabilizar uma inserção mais ativa das empresas brasileiras nas estratégias globais de internacionalização comercial e produtiva.

Conclusões

A globalização da economia, a financeirização e quarta revolução industrial representam aspectos significativos no âmbito do desenvolvimento das economias e ressaltam o papel da inserção internacional. No entanto, como apontado, torna-se crucial destacar que o papel dinâmico dos investimentos, base para a sustentação do crescimento econômico da imensa maioria dos países, é exercido pelo investimento local, uma vez que responde, em média, por cerca de 85% do total realizado. Apesar da retórica da globalização econômica, no quesito investimento, a parcela predominante ainda é fundamentalmente doméstica!

Há outros aspectos relevantes envolvendo a questão dos investimentos diretos estrangeiros e o desenvolvimento dos países. Há externalidades relevantes, impactando o padrão de produção, comércio exterior e tecnologia dos países. Observa-se ainda uma interconexão crescente entre investimento, exportações e inovações na economia mundial. A integração às grandes cadeias produtivas globais, imprescindível para uma inserção externa ativa dos países em desenvolvimento, se dá, em grande medida, pelo papel desempenhado pelas filiais das grandes empresas globais.

Daí a importância, considerando os aspectos apontados, da estratégia de inserção externa brasileira, especialmente considerando o recente protagonismo dos investimentos chineses, com destaque para os seguintes pontos:

1. A sustentabilidade intertemporal do balanço de pagamentos. Dado o compromisso de remuneração futura dos sócios estrangeiros, em dólares, via transferências de lucros e dividendos, é necessário gerar receitas na mesma moeda. O problema é que há uma predominância dos investimentos em setores voltados para o mercado doméstico e que, portanto, não geram receitas em dólares.

2. Desnacionalizar a gestão e controle de empresas locais significa mudar o seu centro de decisão para o exterior, o que diminui o grau de influência local. Isso é crítico, especialmente quando se trata de setores estratégicos para o desenvolvimento local. Daí a relevância de fortalecer a regulação, controle, fiscalização e supervisão destas atividades, sob o risco de se criar restrições ao desempenho de toda a economia.

3. Estimular atividades que, para além da produção e exportação de commodities promovam uma maior agregação de valor, de forma a viabilizar geração de renda, tributos, empregos e tecnologia.

4. Também se torna fundamental estabelecer um projeto de desenvolvimento que explicite o papel desejado dos investimentos; que setores e necessidades devam ser priorizados e quais as políticas para atraí-los, mantê-los e garantir maior comprometimento com os objetivos locais.

A INDÚSTRIA DE INVESTIMENTOS E OS CRIPTOATIVOS

Por Luiz Calado [1]
e Marco Antogiovanni [2]

O gerenciamento de recursos tem experimentado constante crescimento e inovações importantes, sendo um dos setores da indústria financeira com perspectivas mais empolgantes. Novas formas de investir e acesso do cliente de varejo e alta renda a produtos mais sofisticados possibilitaram a entrada de participantes no segmento, e as criptomoedas representaram um salto significativo na velocidade e forma como se investe.

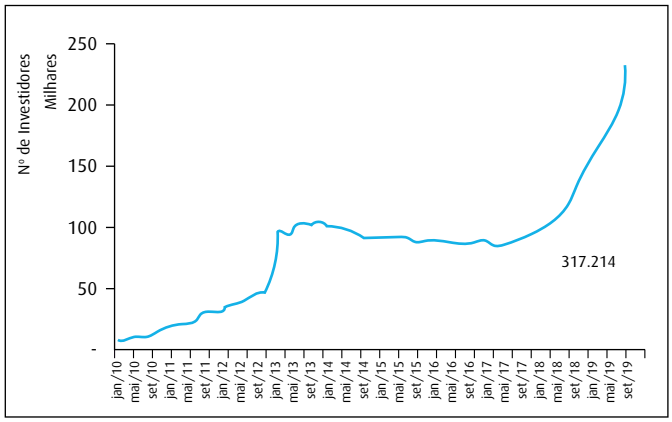
A preferência dos investidores está mudando conforme os millennials e a geração Z tomam o lugar dos *baby boomers* e da geração Y no mundo dos investimentos. A tecnologia avançou ao ponto de usar micro-ondas para economizar milissegundos em negociações. Os órgãos reguladores reconheceram a velocidade das inovações e estão criando *sandboxes* para que *fintechs* testem suas soluções em um ambiente controlado e sob sua supervisão. É em meio a esse turbilhão que a indústria de gestão de recursos continua a crescer. Neste artigo serão apresentados dados do mercado tradicional de investimentos e explicada a nova dinâmica dos criptoativos.

A tecnologia avançou ao ponto de usar micro-ondas para economizar milissegundos em negociações.

[1]LUIZ CALADO
Economista formado pela FEA-USP, pós-doutorado pela Universidade da Califórnia – Berkeley. Autor de livros sobre Regulação Financeira, Securitização, Investimento em Imóveis, Fundo de Investimentos e Carreira em Finanças, dentre outros 20 títulos.

[2]MARCO ANTOGIOVANNI
Secretário geral na Associação Brasileira de Criptoeconomia (Abcripto).

No ramo imobiliário as inovações são significativas. O Boletim do Mercado Imobiliário da B3 mostra o crescimento do número de investidores em fundos imobiliários nos últimos 9 anos em mais de 3.000%. O mesmo padrão se repete com a média diária de negociação desses fundos, o que naturalmente leva a uma maior procura por parte dos investidores e aumento de liquidez, num ciclo virtuoso.



Por sua vez, o patrimônio dos fundos no Brasil durante o mesmo período também mostra um padrão de alto crescimento. Comparativamente, o salto foi de R$2,5 trilhões em dezembro de 2009 para R$4,8 trilhões em abril de 2019, de acordo com o Consolidado Histórico de Fundos de investimento da ANBIMA, um crescimento de quase 200%.

O Bitcoin, por outro lado, é um dos ativos mais rentáveis da história do capitalismo. Se um investidor tivesse comprado US$100 nas primeiras vezes que Bitcoin foram negociados, em 2010, teria hoje mais de US$5 milhões. Claro que isso é quase uma impossibilidade, dado que o Bitcoin em 2010 era conhecido apenas por participantes de grupos muito específicos na Internet. Apesar disso, os retornos de 5.000.000% mexem com o imaginário tanto do investidor comum quanto do institucional. Mesmo hoje o Bitcoin ainda é uma opção muito atraente. Seu retorno de 9,5% no primeiro trimestre de 2019 é o dobro do IBOVESPA e mais que 600% do CDI no período.

O Bitcoin faz parte da criptoeconomia, uma nova gama de ativos para investir. Existem três principais grupos de criptoativos: (i) *token* criptográfico usado como meio de troca (bitcoin, litecoin, bitcoin cash), (ii) os usados como meio de acesso a uma plataforma (ETH e Ripple) e os (iii) valores mobiliários, representando um ativo subjacente - a vantagem do uso de um token nesse caso é a facilidade de negociação.

A união entre a indústria dos fundos de investimento e a dos criptoativos está só começando, mas mostra grande potencial, conforme os agentes tradicionais reduzam sua desconfiança em relação às inovações. Ambos são mercados vibrantes, e que podem se complementar em seu crescimento ao longo dos próximos anos.

A união entre a indústria dos fundos de investimento e a dos criptoativos está só começando, mas mostra grande potencial.

O Bitcoin é um dos ativos mais rentáveis da história do capitalismo. Se um investidor tivesse comprado US$100 nas primeiras vezes que Bitcoin foram negociados, em 2010, teria hoje mais de US$5 milhões.

Os criptoativos e a regulação no Brasil

A primeira ação do regulador foi a proibição da compra por parte dos fundos de investimento, como mostra trecho do Ofício Circular nº 1/2018/CVM/SIN, de 12 de janeiro de 2018:

"(...) a interpretação desta área técnica é a de que as criptomoedas não podem ser qualificadas como ativos financeiros, para os efeitos do disposto no artigo 2º, V, da Instrução CVM nº 555/14, e por essa razão, sua aquisição direta pelos fundos de investimento ali regulados não é permitida. "

Além disso, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários recomendou aos fundos brasileiros que aguardassem um novo posicionamento antes de executar uma estratégia de comprar cotas de fundos de criptoativos no exterior, forma pela qual contornariam a proibição criada pelo ofício apresentado anteriormente.

Contudo, em setembro de 2018 o regulador trouxe notícias positivas para o mercado, ao permitir o investimento indireto em criptoativos. Esta ação beneficiou o mercado ao permitir oficialmente a investidores se beneficiarem do mercado a partir de um produto regulado.

Além disso, cabe destacar as diversas vezes que os criptoativos foram citados no Relatório Anual 2018 da CVM.

Em setembro de 2018, o regulador trouxe notícias positivas para o mercado, ao permitir o investimento indireto em criptoativos.

Os criptoativos como investimento

Um dos motivos pelo qual os fundos de investimento estão interessados no bitcoin e outros criptoativos é a sua grande atratividade como um investimento. Comparando os retornos do bitcoin e outros ativos em diversas janelas de tempo. As datas de referência são de 22 de junho de 2019, e os dados são analisados em uma base diária.

	YTD	12 meses	36 meses
Bitcoin	166%	67%	1.880%
Dólar	-0,8%	1,6%	12,7%
IBOVESPA	12,1%	43,8%	98%
Petrobras	18%	88%	206%
Amazon	24,1%	14,9%	165%

A conclusão que podemos tirar é que, apesar da conhecida volatilidade do bitcoin, ele ainda teve um desempenho melhor que outros ativos.

Os criptoativos e os fundos de investimento

O crescimento dos fundos de criptoativos é impressionante. Um estudo da PWC em conjunto com a Elwood Asset Management mostrou que os *Assets Under Management* (AUM) mediano dos fundos desse tipo cresceu de US$1,2 milhão para US$4,3 milhões desde janeiro de 2018.

Interessante comparar o desempenho dos gestores de fundos de criptoativos com o de gestores de fundos tradicionais. A pesquisa "*2019 Institutional Investor Survey*", realizada pelo J.P. Morgan mostrou que 68% dos gestores de fundos tradicionais tiveram um desempenho abaixo do seu benchmark. Apenas 13% deles tiveram um

desempenho 1% superior ao seu *benchmark*. No mercado de criptoativos, os gestores apresentaram um desempenho 26% superior ao seu *benchmark*. Esta discrepância será analisada em artigo posterior destes autores.

68% dos gestores de fundos tradicionais tiveram um desempenho abaixo do seu *benchmark*. Apenas 13% deles tiveram um desempenho 1% superior ao seu *benchmark*.

O Brasil apresenta avanços na área também. Por exemplo, em outubro de 2018 foi lançado o primeiro fundo de criptoativos de varejo, o BLP Crypto. O fundo investe 80% dos seus ativos em títulos públicos e apenas 20% em criptoativos, o que permite que pessoas físicas tenham acesso ao mercado. Os 20% são investidos em cotas do Genesis Block Fund Ltd., constituído nas Ilhas Cayman, para fazer frente à regulação da CVM. O Genesis é restrito a investidores profissionais, estes sim expostos 100% aos criptoativos. A alocação é feita 80% nos 10 principais criptoativos e 20% em outros de capitalização menor e ICOs que o fundo considere atraentes.

Contudo, ainda existem obstáculos a serem superados na adoção dos criptoativos no Brasil. Por exemplo, o volume de negociação do bitcoin nas últimas 24 horas é de cerca de ฿332 mil. Desse valor, o Brasil é responsável por apenas ฿516, OU 0,16%. Trata-se de um volume semelhante ao associado ao Bitcoin cotado em rand sul-africano. Como medida de comparação, o PIB nominal do Brasil é quase 6 vezes maior do que o da África do Sul. Essa falta de liquidez no mercado nacional não impacta tanto os fundos em si, já que eles são legalmente obrigados a comprar cotas de fundos de outras jurisdições. Contudo, indica que o investidor brasileiro que deseja comprar o ativo individualmente, e não via um fundo, enfrentaria uma menor liquidez.

O volume de negociação do bitcoin nas últimas 24 horas é de cerca de ฿332 mil. Desse valor, o Brasil é responsável por apenas 0,16% desse valor.

Desafios e caminhos possíveis

O principal desafio que os gestores de fundo enfrentam é a forma de avaliação de criptoativos, visto que têm pouca relação com a avaliação de ativos tradicionais. É verdade que essa nova classe possui correlação muito baixa ou mesmo negativa com aa maior parte dos demais ativos, e que o potencial de retorno é gigante para aqueles que conhecem o mercado. Contudo, é preciso ter cuidado, e saber quais as métricas adequadas para considerar um investimento na área.

A análise técnica é similar para quase todos os tipos de ativo, e as negociações puramente quantitativas também. Elas se baseiam em certos indicadores que não mudam por se tratar de Bitcoin, boi gordo ou ações da Petrobrás. Contudo, é na análise fundamentalista que existem as maiores diferenças. Em uma empresa tradicional, é analisado seu setor, é realizada uma série de suposições macro e microeconômicas e são projetados os fluxos de caixa livres. Contudo, muitos criptoativos não permitem realizar esse procedimento devido a inexistência de fluxo de caixa.

O Steemit é uma rede social na qual os membros postam e as "curtidas" valem tokens. Portanto, quanto mais bem votada uma publicação, mais dinheiro seu autor faz, diretamente.

A análise do *whitepaper*, documento que resume o criptoativo e seu propósito, é o primeiro passo essencial. superior ao seu *benchmark*.

Ao invés disso, o gestor deve confiar em outros aspectos. A análise do *whitepaper, documento que resume o criptoativo e seu propósito*, é o primeiro passo essencial. É nesse documento que a equipe de desenvolvimento descreve a razão de sua criação e o seu funcionamento. Satoshi Nakamoto fez isso quando lançou o "Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system", base teórica do Bitcoin.

Também é necessário entender se a descentralização é consequência do modelo adotado pelos criptoativos. Por exemplo, o Steemit é uma rede social na qual os membros postam e as "curtidas" valem tokens. Portanto, quanto mais bem votada uma publicação, mais dinheiro seu autor faz, diretamente. O conceito é interessante, e possivelmente ajuda a filtrar o melhor conteúdo, já que a comunidade está votando. Contudo, seria o suficiente para competir com plataformas como Medium ou Facebook, as quais centralizam todo o benefício econômico originado em sua rede?

O segundo grande desafio é a aceitação institucional. O investidor norte-americano Warren Buffett afirmou na conferência anual de 2019 da Berkshire Hathaway que o Bitcoin revive nele sentimentos associados aos jogos de azar de Las Vegas. Buffett também preferiu se manter afastado das empresas de tecnologia no início dos anos 2000. Contudo, na mesma reunião em que criticou o Bitcoin ele anunciou que a Berkshire Hathaway detém uma posição de US$860 milhões na Amazon. Portanto, ainda há esperança. O CEO do J.P Morgan, Jamie Dimon, chamou o Bitcoin de "fraude" em 2017. Em 2019, contudo, o banco está criando seu próprio criptoativo, a JPM Coin, e é o banco que possui mais vagas em aberto com as palavras "*blockchain*" e "Bitcoin" em suas descrições.

É um grande passo para a institucionalização do Bitcoin o fato de um dos maiores bancos de Wall Street reconhecer que o criptoativo tenha um "valor intrínseco".

Além disso, o J.P Morgan recentemente publicou um relatório em que explicava por que o Bitcoin está acima do seu "valor intrínseco". É um grande passo para a institucionalização do Bitcoin o fato de um dos maiores bancos de Wall Street reconhecer que o

Henri Arslanian, diretor da PwC de Hong Kong: "a indústria de fundos de criptoativos está hoje onde a indústria de fundos hedge tradicionais estava em no começo dos anos 1990".

criptoativo tenha um "valor intrínseco" em um relatório público e oficial. Os analistas chegaram a esse valor tratando o Bitcoin como uma commodity, sendo que os custos de produção seriam o poder computacional, a eletricidade usada e a eficiência do *hardware*.

Por outro lado, o prêmio Nobel em economia, Robert Shiller, afirmou que o Bitcoin "possui muitas das características de uma bolha especulativa", e não parece ter mudado de opinião. O também prêmio Nobel em economia Joseph Stiglitz afirmou que "o Bitcoin deveria ser desligado". Todas essas posições de economistas tradicionais podem apresentar obstáculos ao desenvolvimento do mercado. Contudo, os números de desempenho dos criptoativos e sua grande capacidade contributiva para portfólios podem mudá-las com o tempo.

Conclusão

Os criptoativos já percorreram um longo caminho rumo à institucionalização, e os fundos que lidam com essa nova classe estão se multiplicando. Contudo, ainda há obstáculos a serem superados, como a falta de entendimento do mercado e suas características, bem como opiniões negativas de personalidades importantes nas finanças e na economia. O diretor da PwC de Hong Kong, Henri Arslanian, disse que "a indústria de fundos de criptoativos está hoje onde a indústria de fundos hedge tradicionais estava em no começo dos anos 1990". Esta parece ser uma boa analogia. Embora seja difícil comparar fundos tradicionais aos fundos de criptoativos, dadas suas características peculiares, é previsível que estes se tornarão cada vez maiores, mais profissionalizados e institucionalizados.

Referências e indicações para a leitura

- Relatório Fundos Imobiliários da B3, acesso em <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/fundos-de-investimentos/fii/boletim-mensal>
- Factors Influencing Liquidity in Emerging Markets, IOSCO, acesso em <https://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD258.pdf>
- Estatística dos Fundos de Investimento da ANBIMA, acesso em <http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/estatisticas/fundos-de-investimento/fi-consolidado-historico.htm>
- Ofício Circular nº 11/2018/CVM/SIN, de 19 de setembro de 2018, acesso em <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/oficios-circulares/sin/anexos/oc-sin-1118.pdf>
- Relatório Anual CVM 2018, acesso em <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/publicacao/relatorio_anual/anexos/Relatorio_Anual_CVM_2018.pdf>
- Annual Crypto Hedge Fund Report da PWC, acesso em <https://www.pwc.com/gx/en/financial-services/fintech/assets/pwc-elwood-2019-annual-crypto-hedge-fund-report.pdf>
- 2019 Institutional Investor Survey do JP Morgan, acesso em <https://www.jpmorgan.com/jpmpdf/1320747018387.pdf>

ECONOMIA REGIONAL NO CONTEXTO DA ECONOMIA NACIONAL: A IMPORTÂNCIA DA POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Por Jandir Ferrera de Lima

O debate em torno do desenvolvimento regional brasileiro deve avançar cada vez mais. Apesar de a discussão estar continuamente em pauta, cabe refletir sobre o processo de desenvolvimento, as politicas públicas adotadas para estimular as regiões brasileiras e dirimir as desigualdades regionais, bem como os instrumentos que se utilizam ou se podem utilizar para fortalecer as economias regionais no contexto da economia nacional.

A importância do desenvolvimento regional e das economias regionais foi institucionalizada com a Constituição Federal de 1988, por meio da criação de mecanismos para diminuir as desigualdades regionais e ampliar a participação dos estados federados na economia nacional. Tanto que o artigo 3º da Constituição Federal traz como um dos objetivos fundamentais do Brasil "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais

JANDIR FERRERA DE LIMA
Doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Universidade do Québec (UQAC)/Canadá. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Professor do Mestrado em Economia e do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

e regionais". Na sequencia, os artigos 170 e 174 da Constituição Federal legitimam o papel do Estado como agente normativo e regulador para a redução das disparidades sociais e regionais e construir planos de desenvolvimento regional. E, dentre as iniciativas para o Estado cumprir o seu papel constitucional, a criação dos Fundos de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) foram a principal política para promoção do desenvolvimento regional. Os fundos constitucionais foram regulamentados pela Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social das regiões através de programas de financiamento do setor produtivo. A expansão do setor produtivo traria mais empregos formais, o aumento da arrecadação tributária e uma melhorar a distribuição de renda.

A criação dos Fundos de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) foi a principal política para promoção do desenvolvimento regional.

Para ilustrar a importância dos fundos de financiamento para o setor produtivo, basta observar o quadro da desigualdade na participação das macrorregiões e dos estados federados no valor da produção industrial no final do século XX, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Estado de São Paulo, que em 1907 detinha 16,5% do valor da transformação industrial brasileira ampliou essa participação para 51,2%, em 1997. No contexto da Região Sudeste, essa participação foi de 61,2% para 69,1% no mesmo período. O estado do Rio de Janeiro observou sua participação cair de 39,8% para 7,7%. A Região Sul, a segunda Região mais industrializada do Brasil, perdeu posição na transformação industrial de 21,8% para 18,2%. No Sul apenas o estado de Santa Catarina dobrou sua participação de 2% para 4,9%, enquanto o Rio Grande do Sul caiu de 14,9% para 7,8%. Para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o quadro foi mais grave, pois caíram de 17% para 12,7% de participação no valor da transformação industrial.

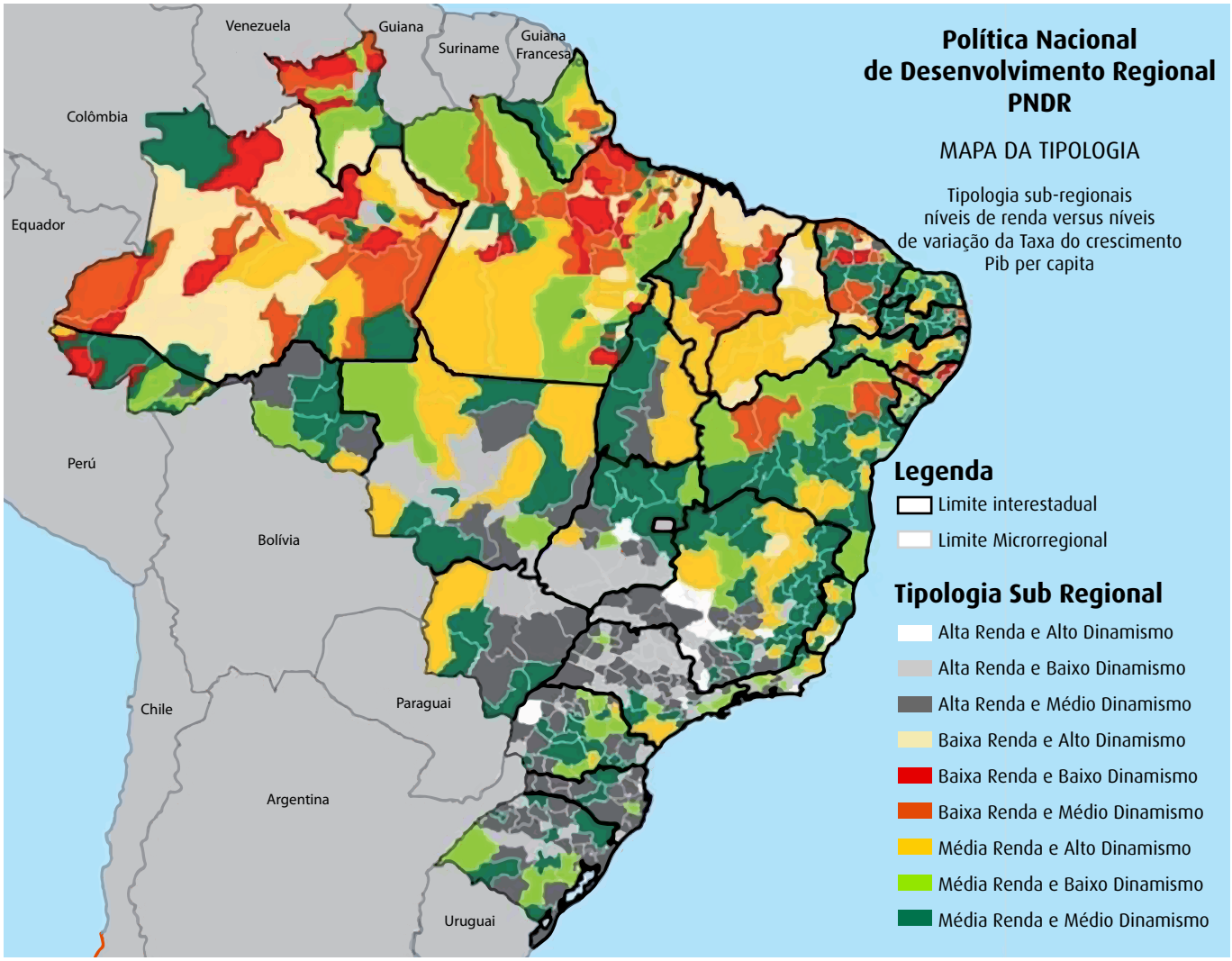
Mesmo frente a essas disparidades na industrialização do Brasil e a criação dos fundos constitucionais, as iniciativas no âmbito do desenvolvimento regional sempre foram isoladas e dispersas em diferentes ministérios e secretarias de estado. Mas, em 1999, com a criação do Ministério da Integração Nacional (MIN), atual Ministério do Desenvolvimento Regional, agrupando sob seu bojo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e as Superintendências do Desenvolvimento do

A escala deixou de ser exclusiva para as macrorregiões ou estados federados, mas em novas regionalizações focando regiões periféricas.

Nordeste (SUDENE), do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), se iniciou mudanças nos padrões de formulação e operacionalização das políticas públicas brasileiras para impulsionar as economias regionais.

As iniciativas no âmbito do desenvolvimento regional sempre foram isoladas e dispersas em diferentes ministérios e secretarias de estado.

Em 2003, por meio de articulações do Ministério da Integração Nacional, foi lançada a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), oficializada pelo Decreto nº 6.047/2007. A PNDR definiu os princípios, os parâmetros e os critérios básicos para redução das desigualdades regionais com base na análise da realidade regional brasileira, a partir da qual o governo federal deveria orientar suas ações. Diferente das ações que marcaram o século XX, a PNDR tem viés territorial, redistributivo e com abordagens em múltiplas escalas, atuando preferencialmente nas regiões em situação de debilidade econômica e estagnação, com condições de vida insatisfatórias e expressivos fluxos migratórios para as grandes metrópoles. Ou seja, a escala deixou de ser exclusiva para as macrorregiões ou estados federados, mas em novas regionalizações focando



regiões periféricas. Algumas dessas regiões periféricas possuem confluência entre vários estados ou são áreas de fronteira internacional, com indicadores socioeconômicos e institucionais bastante precários.

A mudança de escala regional preconizada pela Politica Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) demonstrou também que a existência de fundos constitucionais específicos e exclusivos para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não se justificavam, haja vista que as desigualdades em termos de renda e dinâmica econômica existem mesmo em estados com maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Isso pode ser observado pela Figura 1.

A Figura 1 demonstra que as Regiões Norte e Nordeste ainda são as mais fragilizadas no contexto do perfil de renda e dinamismo. O Centro-Oeste teve avanços consideráveis nos últimos vinte anos, impulsionado pelo agronegócio. Mas as Regiões Sul e Sudeste possuem áreas estagnadas ou de baixa renda no seu interior. Por isso, se propôs no Senado Federal a criação de uma nova Politica Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), conforme *Projeto de lei nº 375/2015*. Na proposta da nova PNDR, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com acesso diferenciado aos fundos constitucionais já existentes, é o diferencial para uma melhor distribuição territorial dos recursos financeiros do que o uso puramente setorial dos mesmos. Assim, além de criar um mecanismo de financiamento acessível a todas as regiões, esse mecanismo deve atender de forma igualitária o conjunto das regiões.

Um dos parâmetros desse fundo é justamente a acessibilidade a todas as regiões com problemas de dinamismo econômico ou de baixa renda, indiferente à localização espacial. Para capitalizar o novo fundo, a proposta é a utilização de recursos oriundos de impostos específicos e, em especial, da arrecadação de imposto sobre grandes heranças e doações. Considerando que uma reforma tributária se faz necessária no Brasil e sua discussão vem se arrastando há muito tempo, a criação de novos impostos ou o bloqueio de alguns já existentes para um fundo especifico exigirá a grande boa vontade dos entes federados e deve vir acompanhada de um amplo ajuste fiscal.

Para capitalizar o novo fundo, a proposta é a utilização de recursos oriundos de impostos específicos e, em especial, da arrecadação de imposto sobre grandes heranças e doações.

O diagnóstico e o debate para a criação de uma nova Politica Nacional de Desenvolvimento Regional convergiram para a necessidade de um fundo de financiamento nacional, mas o problema não se limita apenas a isso. A falta de financiamento para alguns empreendimentos, a descontinuidade das politicas públicas pelos governos estaduais e municipais e a alteração nos instrumentos utilizados para a implementação da PNDR também são fatores limitantes de avanços no desenvolvimento regional até então. A falta de financiamento não ocorreu apenas no âmbito de incentivo a empreendimentos locais, mas para a manutenção, conservação e ampliação de infraestruturas regionais, elemento essencial para fortalecer a competitividade e atratividade das regiões periféricas. As lições que ficam na formulação da nova Politica Nacional de Desenvolvimento Regional é que não se constrói uma economia nacional inclusiva e dinâmica, sem corrigir distorções no âmbito regional e, em especial, se as politicas públicas para o desenvolvimento regional não funcionarem.

DA CRISE À RECUPERAÇÃO: COMO SANTA CATARINA VEM ENFRENTANDO UM DOS MAIORES PERÍODOS DE RECESSÃO DA HISTÓRIA DO PAÍS?

Por Leonardo Alonso[1]

Entre as 27 unidades da federação brasileira, Santa Catarina é a 7° maior economia em termos de PIB (R$ 256,6 bilhões), 10° em termos de população (7.075.494 habitantes) contando com 1,13% do território nacional (95.737,90 km²) e 295 municípios. Estado que faz parte da região Sul do país, representando 24,06% do PIB e 23,78% da população regional. Destaca-se por possuir uma economia e uma cultura diversificada, organizada em vários polos regionais, sendo a base de sustentação de um estado pujante e que vem se destacando frente ao cenário nacional.

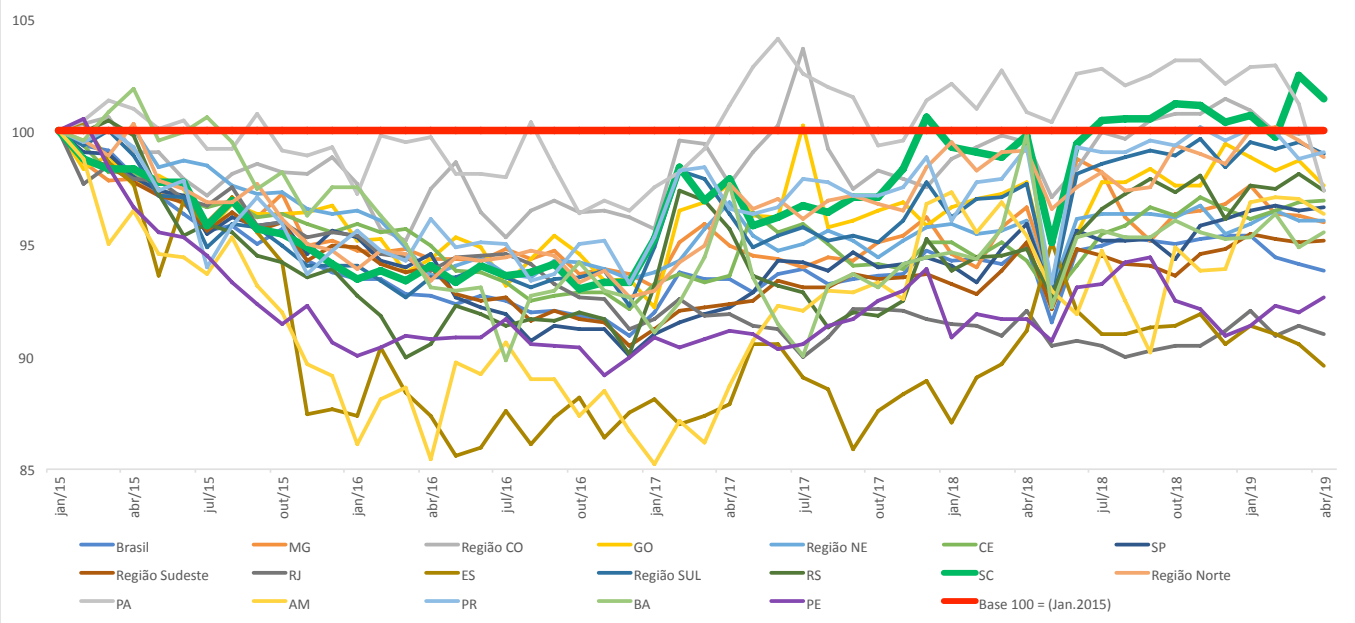
O tema proposto no presente artigo se debruça em identificar como o estado atravessou a crise e como está se encaminhando no processo de recuperação. Santa Catarina, apesar de não estar isenta dos efeitos da conjuntura nacional, atualmente vem apresentando resultados econômicos expressivos e maiores que a média do país.

Santa Catarina é a 7ª maior economia em termos de PIB e 10ªem termos de população.

A exemplo disso, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central "IBC-Br", que representa uma proxy do PIB do Brasil, bem como para 13 estados e as 5 grandes regiões do país, evidencia que o único estado que até abril de 2019 registrou crescimento acima da base de início crise foi Santa Catarina.

LEONARDO ALONSO RODRIGUES
Bacharel em Ciências Econômicas pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; Economista da FACISC - Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina; Conselheiro Efetivo do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (CORECON-SC); Economista responsável pela criação do IPER-SC "Índice de Performance Econômica das Regiões de Santa Catarina".

Índice de atividade econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (Base = janeiro de 2015) com ajuste sazonal

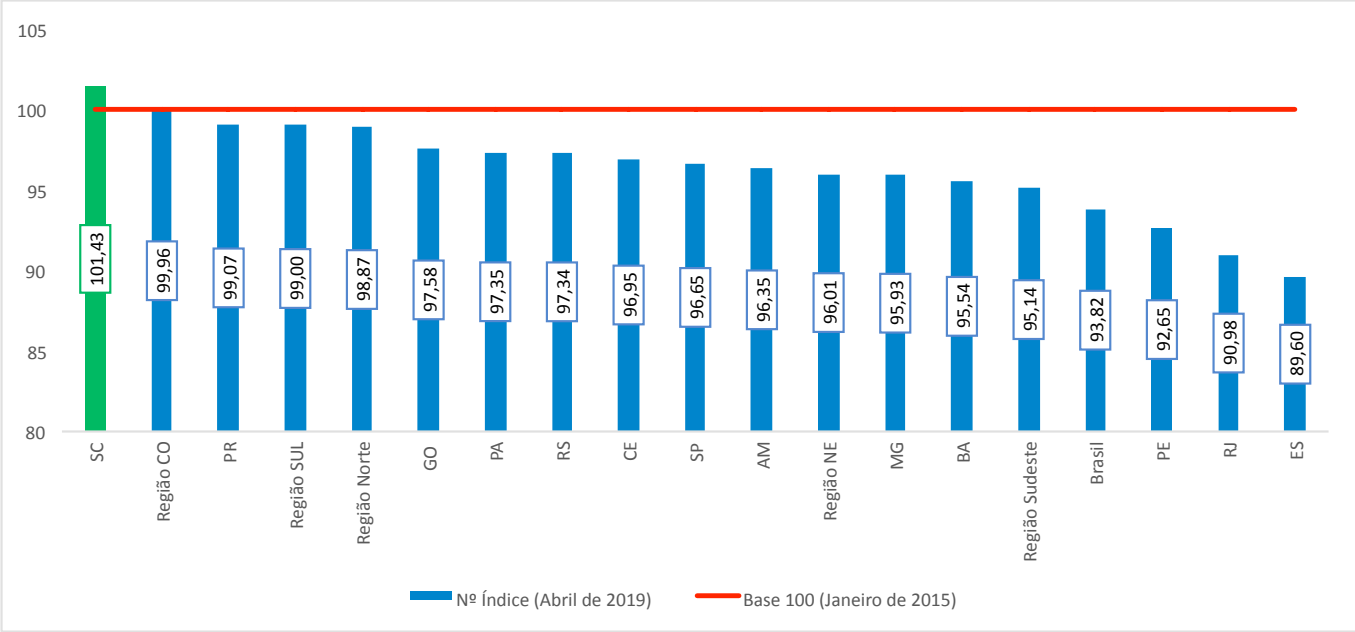


Fonte: Banco Central do Brasil; Cálculo e elaboração do autor.

Outro estado que vinha se destacando era o Pará, porém, no mês de abril de 2019 registrou uma forte queda, assim voltando para uma base inferior a daqui considerada (jan/15).

Com isso o patamar alcançado pelas unidades da federação e as grandes regiões do Brasil com base no mês de janeiro de 2015 até abril de 2019 é apresentada no gráfico a seguir:

Índice de atividade econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (Base = janeiro de 2015) com ajuste sazonal (Até Abril de 2019)

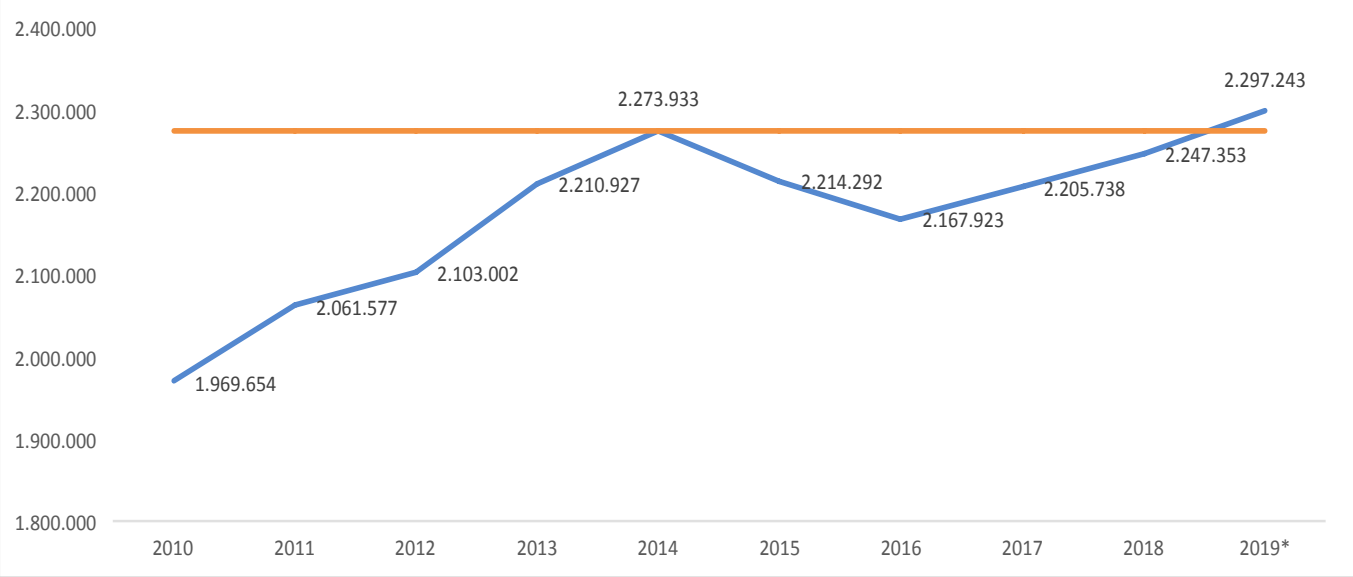


Fonte: Banco Central do Brasil; Cálculo e elaboração do autor.

[2]No exercício foi considerado como base o mês de janeiro de 2015 = 100

Tomando por base também o emprego formal, o estado de Santa Catarina é um dos únicos a se recuperar com relação ao ano base de maior estoque no emprego (2014) registrado no país. A partir dos dados da Secretaria do Trabalho (RAIS e CAGED) vinculada ao Ministério da Economia, entre 2014 e o mês de abril de 2019, Santa Catarina registrou saldo de 23.310 vagas a mais do que o estoque de 2014.

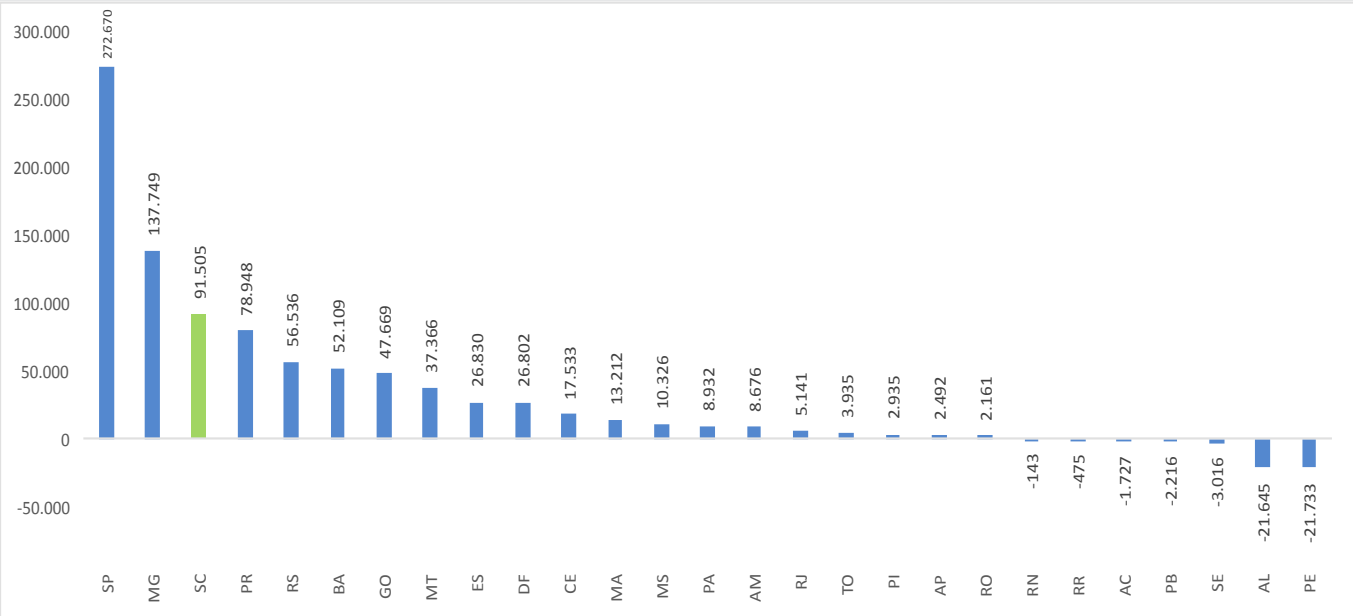
Emprego formal em Santa Catarina



Fonte: Ministério da Economia – Secretaria de Trabalho (RAIS e CAGED); Elaborado pelo autor; *Até Abril de 2019

O Brasil como um todo vem ao longo dos últimos tempos registrando saldo positivo no emprego formal como ilustra o gráfico a seguir:

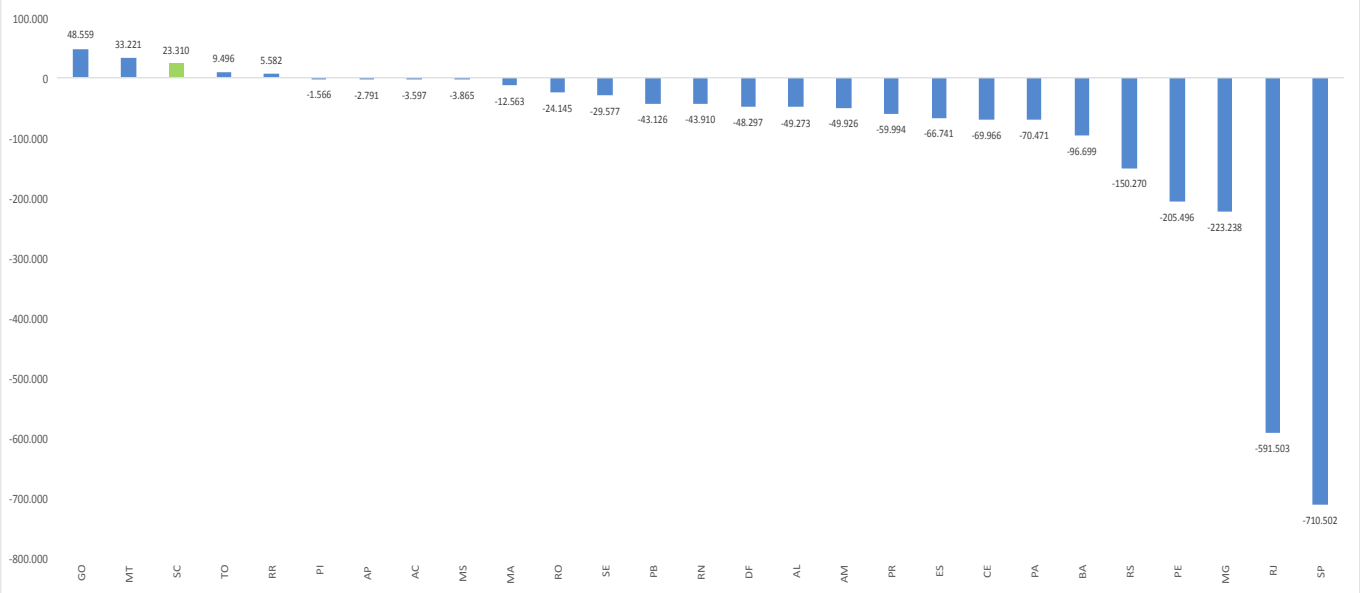
Saldo do emprego formal por UF entre janeiro de 2018 e abril de 2019 (Acumulado)



Fonte: Ministério da Economia – Secretaria de Trabalho (RAIS e CAGED); Elaborado pelo autor; *Até Abril de 2019

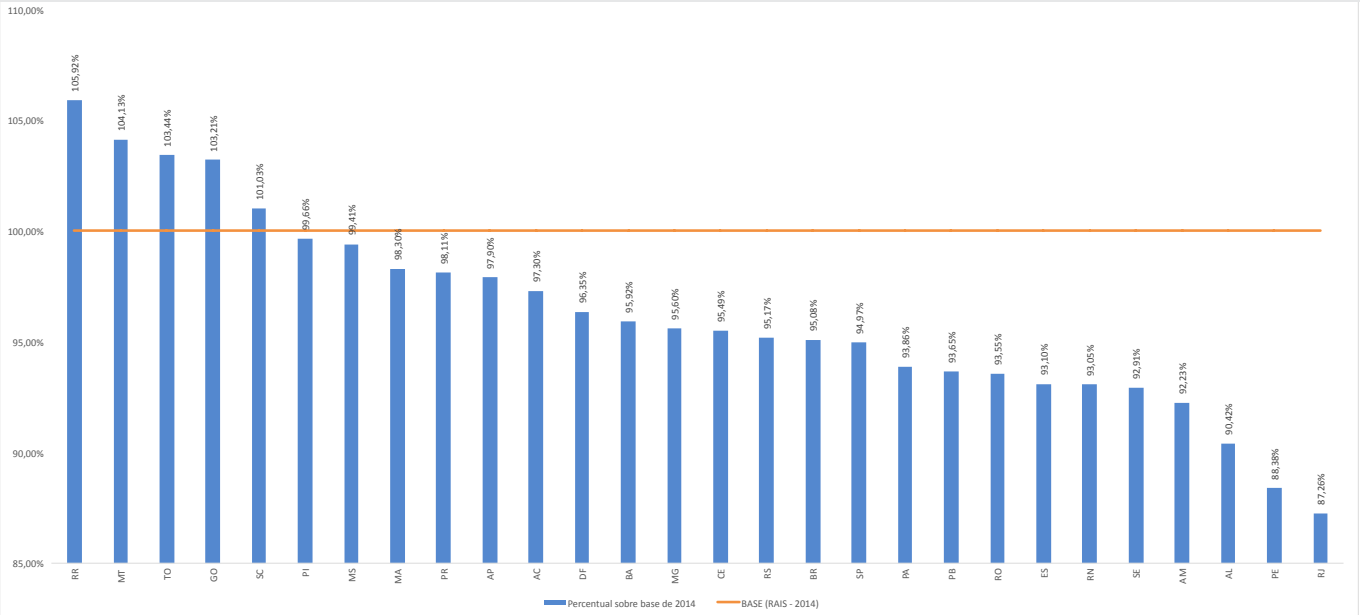
Porém, ao tomar como base o estoque do emprego em 2014 e o quanto cada unidade da federação precisa gerar de empregos para chegar a esse patamar, apenas cinco estados conseguiram ultrapassar este nível, entre eles, Santa Catarina (em 3º lugar). Para se chegar ao nível de emprego formal que o Brasil registrou em 2014 é necessária a criação de 2,4 milhões de empregos.

Diferença do estoque de empregos em abril de 2019 com relação ao estoque de empregos em 2014 por UF



Fonte: Ministério da Economia – Secretaria de Trabalho (RAIS e CAGED); Elaborado pelo autor. O gráfico acima ilustra o estoque de empregos até abril de 2019 com relação a base de 2014 em termos percentuais. Tomando como base esta análise, Santa Catarina está com nível de 1,03% superior à 2014. Na ponta se encontra o Rio de Janeiro com 87,26% do estoque de 2014, mostrando assim a discrepância do estoque de emprego atual com relação a sua maior base. Além disso, é de se considerar que vinte e duas unidades da federação ainda não alcançaram tal patamar, mais uma vez demonstrando a recuperação gradual e lenta que o país atravessa.

Estoque do emprego formal em abril de 2019/Estoque do emprego formal em 2014



Fonte: Ministério da Economia – Secretaria de Trabalho (RAIS e CAGED); Elaborado pelo autor.

Em relação ao exposto anterior, é de extrema relevância então relacionar quais fatores podem explicar que Santa Catarina desponte no cenário nacional e se recupere de forma mais célere que a média do país conjunturalmente. Dentre os pontos, se destacam:

1. Não elevação de impostos e equilíbrio fiscal
2. Diversificação econômica
3. Relação com o exterior
4. Menor taxa de desemprego do país e as condições sociais

Não elevação de impostos e equilíbrio fiscal

A despeito da crise fiscal que se instaurou no país e também pela queda de arrecadação que os estados registraram em 2015, no mesmo ano, 20 estados e o Distrito Federal alteraram o ICMS (principal tributo de arrecadação estadual) e 12 estados elevaram alíquotas do IPVA. Santa Catarina, foi um dos 6 que não alteraram a alíquota interna de ICMS e também faz parte dos 15 que não alteraram o IPVA. Desde então mantém uma alíquota interna do ICMS em 17%, sendo o estado com menor alíquota entre os estados vizinhos, como Rio Grande do Sul (18%) e Paraná (18%), e também dos mais próximos como os da região Sudeste (junto com o Espírito Santo que também mantém em 17%). Atualmente a maior alíquota interna no país de ICMS é no Rio de Janeiro (20%), e é também um dos estados que mais sofrem com a crise fiscal.

Dois fatores também contribuíram para decisão do não aumento de impostos: Santa Catarina realizou uma reforma da previdência dos servidores públicos estaduais em 2015 e entre 2016 e 2017 conseguiu, junto a outros estados, a renegociação da dívida com a União Federal. Ao longo da crise, esses fatores tiveram dois papéis preponderantes: Em primeiro lugar pesou um fator de competitividade às empresas e aos consumidores catarinenses perante outros estados, ajudando a diminuir os impactos que possivelmente viriam através de uma possível elevação de tributos. Em segundo lugar, pelo menor custo fiscal (via ICMS), Santa Catarina atraiu investimentos de empresas de outros estados, fortalecendo a economia estadual.

Santa Catarina foi um dos seis Estados que não alteraram, em 2015, a alíquota interna de ICMS e também faz parte dos 15 que não alteraram o IPVA.

Atualmente, as receitas com ICMS em 12 meses acumulados até abril de 2019 cresceram 8,82% em termos reais. Só houve queda real de arrecadação em 2015. Em 2018, Santa Catarina registrou superávit primário e segue este ritmo em 2019, além disso, as receitas estão crescendo, o que dá mais flexibilidade para se trabalhar os desafios fiscais que estão presentes em praticamente todos os estados da federação.

Em 2018, Santa Catarina registrou superávit primário e segue este ritmo em 2019.

Diversificação econômica

Uma das principais características estruturais de Santa Catarina é sua diversificação econômica, fator esse que fez toda diferença nestes últimos anos. Um exemplo ilustra a importância desse fator: em 2015, 2016 e 2017 a fabricação de produtos alimentícios, muito forte no oeste catarinense, cresceu 0,1%, 3,4% e 7% respectivamente. Em 2018 registrou queda de -3,3% e no acumulado de 12 meses até abril de 2019 está em queda de -4,2%. Por outro lado, o setor metalúrgico, mais forte no norte do estado caiu -25,4% em 2015. Em 2018 registrou alta

de 23,5%. O setor têxtil, mais desenvolvido no Vale do Itajaí, caiu -12,2% em 2015, mas em 2018 registrou aumento de 6,3% de sua produção.[2]

Os impactos negativos da crise são atenuados e pulverizados dada a estrutura produtiva diversificada do Estado.

Segundo o Índice de Performance Econômica das Regiões do Estado de Santa Catarina (IPER-SC; FACISC), que mensura o movimento econômico das regiões do estado, a região oeste cresceu 3% em 2015, as regiões norte e Vale do Itajaí registraram queda de -1,6% e -8% respectivamente. Em 2018 a região oeste registrou queda de -0,21% e as regiões norte e Vale do Itajaí cresceram 8,23% e 10,18% respectivamente. Além do setor industrial, há diversificação no agronegócio e também no setor terciário, incluindo o setor turístico, principalmente diferenciado em cada região. Com isso, há um equilíbrio maior e na média estadual os impactos negativos da crise são atenuados e pulverizados dada a estrutura produtiva diversificada.

Relação com o exterior

Santa Catarina é o 8º estado que mais exporta e o 3º que mais importa no Brasil. Apesar de ter apenas 1,13% do território nacional possui 5 portos desenvolvidos, visto que uma parte da corrente do comércio exterior são demandas de outros estados, trazendo assim também, via serviços portuários, de logística e de transportes, receitas para Santa Catarina. No período de crise o estado de Santa Catarina manteve suas relações comerciais com o resto do mundo estáveis, além de conseguir parcerias comerciais para produtos importantes da pauta exportadora, como é o caso da carne suína. Além do mais, a própria desvalorização do real frente ao dólar fortaleceu a receita das empresas que exportam no estado, sendo este mais um fator que contribuiu e continua contribuindo com a recuperação mais célere do estado. A exemplo disso, entre janeiro e maio de 2019 as exportações e importações catarinenses cresceram 12% cada uma, frente a uma média nacional de queda das exportações (-0,9%) e crescimento de 1,8% em termos de importações.

Menor desemprego e as condições sociais

Santa Catarina observou a taxa de desemprego entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2019 crescer. A taxa de desemprego passou de 3,9% para 7,2%. De todo modo, é a menor e se manteve a menor taxa

[2]*Dados de produção industrial extraídos da pesquisa industrial mensal – IBGE*

de desemprego do país ao longo dos últimos anos. Além deste fator, as condições sociais do estado são referência nacional. Por exemplo, Santa Catarina tem o 3º maior IDH do Brasil, é o estado com a maior expectativa de vida, tem o menor Índice de Gini e mantém, em termos proporcionais à sua população, o menor contingente de pessoas que vivem na extrema pobreza do país. Esses fatores são importantes no equilíbrio social. As condições sociais do país se agravaram nos últimos anos e esse agravamento se deu, sobretudo, como efeito da crise econômica e política vigente no Brasil. Santa Catarina (em relação a média nacional) manteve um certo equilíbrio social em termos de segurança, assistência social, saúde e educação. Além de tudo, com a menor taxa de desemprego e mais recentemente com a geração de empregos crescente, a demanda por serviços públicos sobretudo é atenuada, fortalecendo assim até o lado fiscal.[3]

Desafios catarinenses

Os desafios também são imensos, como a questão fiscal que cada vez mais paira sobre os estados, incluindo Santa Catarina. Mesmo com a reforma previdenciária realizada em Santa Catarina, há um déficit crescente na previdência estadual. A relação dívida consolidada líquida/receita corrente líquida, por exemplo, se encontra em 92,94% e muitos ajustes sobretudo precisam ser realizados. Santa Catarina vem fazendo um trabalho de ajustes fiscais, por exemplo, recentemente foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa de Santa Catarina uma reforma administrativa e outros projetos estão sendo discutidos neste sentido.

Outro fator marcado como desafio catarinense é a questão dos desequilíbrios regionais. Apesar de contarmos com regiões bem organizadas, que fazem de Santa Catarina esta economia diversificada, é observado um desequilíbrio principalmente em aspectos sociais entre algumas microrregiões do interior e o litoral (aqui consideradas as regiões do Norte, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis principalmente). Especialmente nas últimas décadas houve um movimento de migração da população do interior para o litoral. Dito isso, se forma um desafio a permanência da população no interior e também trabalhar o desenvolvimento econômico e social de algumas regiões que principalmente perderam competitividade frente ao cenário estadual.

Santa Catarina, como um estado produtor e exportador, demanda cada vez mais a utilização dos corredores viários que a cada ano vem registrando degradações.

Um ponto também que merece destaque é a questão da infraestrutura no estado. A exemplo disso, uma pesquisa realizada em 2018 pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) levantou as principais demandas da classe empresarial em um documento chamado Voz Única, no qual estão reunidas as demandas do setor produtivo no estado. Foram levantados 702 pleitos, entre eles 331 (47%) estão ligados a infraestrutura, principalmente a rodoviária. Santa Catarina, como um estado produtor e exportador, demanda cada vez mais a utilização dos corredores viários que a cada ano vêm registrando degradações.

Outro desafio para Santa Catarina é tratar da insuficiência do milho. Santa Catarina é o maior abatedor de suínos do país e o segundo maior abatedor de aves, além de comporem juntos 32% da pauta de exportação do estado. Sendo o milho o principal insumo para criação de suínos e aves, se faz necessário tratar deste tema para

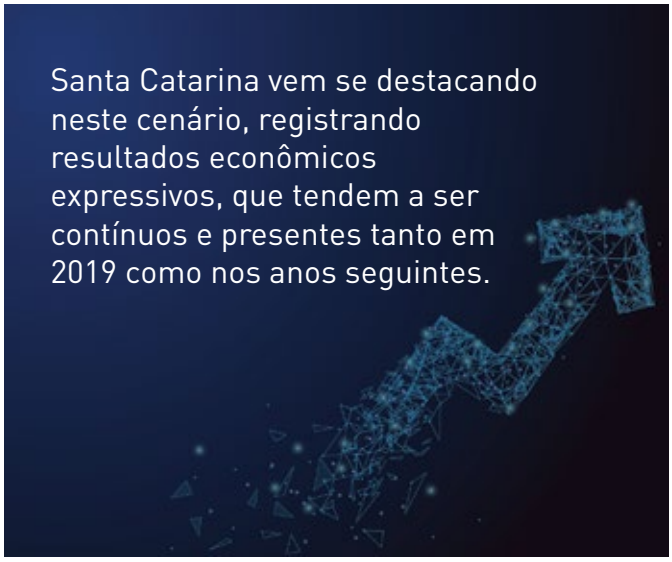
[3]Com o agravamento do desemprego, as demandas por serviços públicos aumentaram fortemente no país, o que pressionou também o lado dos gastos, o que em momento de agravamento fiscal pode acelerar este processo de deterioração.

O milho é o principal insumo para criação de suínos e aves, e Santa Catarina produz em média 3 milhões de toneladas de milho por ano e consome 7 milhões.

que o estado não perca competitividade neste segmento. Santa Catarina produz em média 3 milhões de toneladas de milho por ano e consome 7 milhões, este déficit é suprido em boa parte por estados da região Centro-Oeste do país, além da importação vinda do Paraguai e Argentina. Com isso, o custo logístico para trazer o principal insumo acaba afetando o custo da produção de proteína animal catarinense. Uma alternativa está sendo construída por Santa Catarina, Argentina e Paraguai, denominada Rota do Milho, que prevê uma redução do percurso do Centro-Oeste até Santa Catarina, dos atuais dois mil quilômetros para trezentos e cinquenta. Todos esses desafios passam por um conjunto de medidas que envolvem diversos atores e precisam ser trabalhados para que o estado continue crescendo e se desenvolvendo.

Considerações finais

O ano de 2019 é um ano desafiador como um todo para a economia nacional, no qual se pauta grandes reformas que o país precisa enfrentar e que carrega grande peso sobre a direção e o movimento econômico futuro do país. É necessário levar a gestão tanto pública como privada a um nível de eficiência maior. Levar em consideração o aumento da produtividade e competitividade do país, passando por uma melhora no ambiente político e econômico. Não obstante, focar em políticas que visam gerar resultados que passam por reduzir as desigualdades, que sejam geradoras de emprego e que contribuam para o desenvolvimento econômico nacional. Como já dito, Santa Catarina, apesar de não estar isenta dos efeitos que a conjuntura nacional reflete sobre o estado, vem se destacando neste cenário, registrando resultados econômicos expressivos e este movimento tende a ser contínuo e presente tanto em 2019 como nos anos seguintes.



O momento requer bom senso, cautela e discernimento, porém é de considerar que é questão primordial e prioritária que possamos construir a base e a estrutura para um crescimento vigoroso e principalmente que seja sustentável no longo prazo.

POBREZA NO BRASIL: DOS AVANÇOS CIVILIZATÓRIOS PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988 AOS PRENÚNCIOS DA BARBÁRIE LIBERAL

I. Introdução

Por Paulo de Martino Jannuzzi

No relatório de Balanço Global do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, compreendendo o período de 1990 a 2015, a Organização das Nações Unidas constatou avanços expressivos na redução da fome e da pobreza, com destaque em vários países do Sul. Já em 2010 teria sido cumprida a meta de redução da extrema pobreza à metade do nível registrado em 1990 (NAÇÕES UNIDAS 2015). Alguns autores argumentam que tal desempenho seria uma consequência mais relacionada ao que se passou na China e outros países populosos — como o Brasil — do que uma tendência generalizada. Isso porque na África Subsaariana e na Índia os avanços teriam sido muito mais modestos, seja na redução da pobreza, seja na mitigação da fome (SUNDARAM 2016).

De fato, no caso brasileiro, os avanços na redução da pobreza e na mitigação da fome foram bastante expressivos e alcançados antes mesmo de 2015. Outras dimensões associadas à pobreza também tiveram resultados favoráveis no período, como a redução do trabalho infantil e da desigualdade de rendimentos, mesmo que os patamares identificados ao final do período ainda sejam elevados em termos comparativos internacionais.

PAULO DE MARTINO JANNUZZI
Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE) e Pesquisador CNPq.

De fato, no caso brasileiro, os avanços na redução da pobreza e na mitigação da fome foram bastante expressivos e alcançados antes mesmo de 2015.

Esses avanços sociais, muito longe de se constituírem um resultado natural das forças do mercado ou do *boom* das *commodities* no comércio internacional nos anos 2000, foram consequência de um deliberado esforço de políticas públicas desenhadas e ajustadas ao longo de vários anos. De um lado, esses avanços foram favorecidos pelos efeitos diretos e indiretos de uma série de decisões no campo econômico como a dinamização na criação do emprego e formalização da mão de obra, viabilizados pela retomada do investimento público e privado, pelas normas de conteúdo mínimo nacional nas compras das estatais, pelo estabelecimento de um mecanismo de redistribuição dos ganhos do crescimento do PIB na valorização real do salário mínimo, entre outros fatores.

As mudanças sociais decorrem também, por outro lado, de um expressivo adensamento das políticas sociais expresso pelo fortalecimento das políticas sociais universais, pela criação e rápida expansão de políticas redistributivas, compensatórias e afirmativas e, por fim, os avanços em termos de gestão, articulação interssetorial e coordenação federativa de políticas públicas. Essas forças motrizes, que aceleraram mudanças em várias dimensões no período estariam, desde 2015, perdendo sua pujança, o que explicaria, em boa medida, os retrocessos sociais recentes no país. É o que sugerem as evidências mostradas a seguir.

Esses avanços sociais foram consequência de um deliberado esforço de políticas públicas desenhadas e ajustadas ao longo de vários anos.

Pobreza e extrema pobreza entre 1990 a 2014: evolução e determinantes

Segundo estimativas do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), a indigência saiu de um patamar de 14% da população brasileira em 1992 para 2,5% em 2014 (JANNUZZI e SOUSA 2016). Nessa metodologia considerou-se como linha de extrema pobreza a referência normativa de indigência do Plano Brasil Sem Miséria que, em junho de 2011, estava muito próxima da linha internacional de extrema pobreza do Banco Mundial de US$ 1,25 ajustados ao poder de paridade de compra nos EUA (COSTA; FALCÃO 2014). A pobreza — medida a partir de uma linha de referência de R$ 140 — apresentou

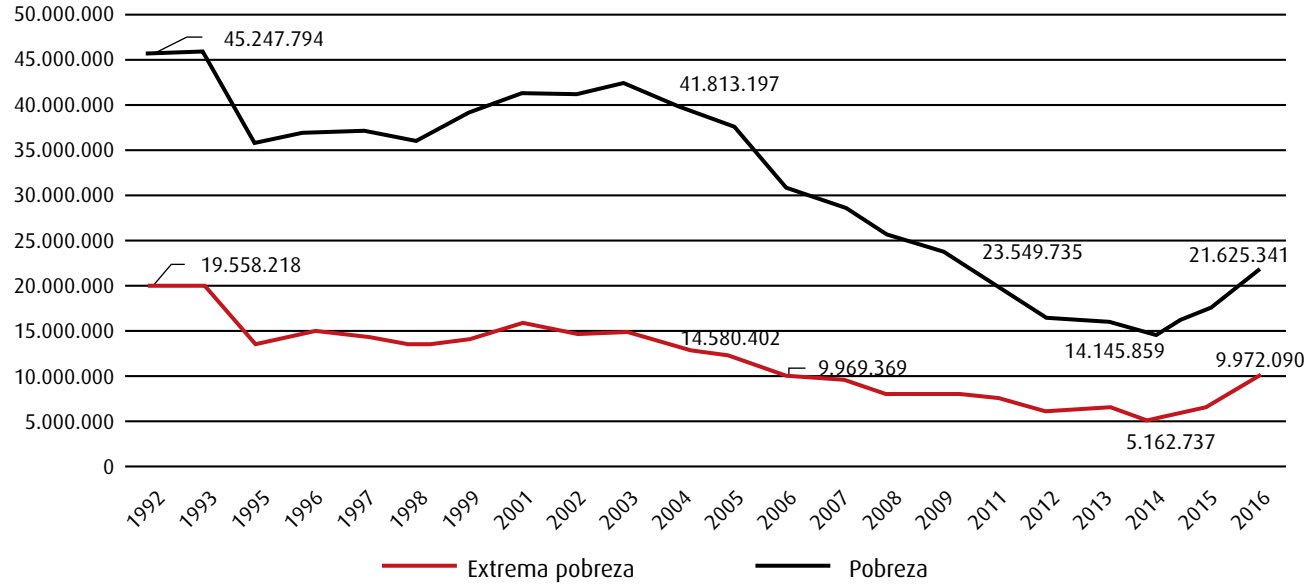
Vale registrar que, para 2014, várias pesquisas apontam estimativas abaixo de 5% de extrema pobreza para o Brasil.

um declínio mais forte, caindo de 31% para 7% da população entre 1992 e 2014 (Gráfico 1).

Tendências similares de redução expressiva da pobreza e da extrema pobreza ao longo dos últimos vinte e cinco anos têm sido apontadas em vários estudos nacionais e internacionais (IPEA 2014). Com distintas escolhas metodológicas com respeito ao patamar da linha de extrema pobreza e pobreza, deflatores de preços e medidas de renda domiciliar per capita, diferentes pesquisadores e instituições convergem em constatar a tendência de redução significativa do fenômeno, com quedas significativas entre 1993 e 1995 e após 2004.

Os estudos divergem, contudo, quanto aos patamares estimados de extrema pobreza e pobreza, seja no início, seja no final do período. Mas vale registrar que, para 2014, várias pesquisas apontam estimativas abaixo de 5% de extrema pobreza para o Brasil. De fato, com base em outros parâmetros para linha de extrema pobreza, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estimou a indigência em 4,2% população brasileira em 2014, cifra

Gráfico 1 – Pessoas em pobreza e extrema pobreza Brasil 1992 a 2016



Fonte: PNAD e PNAD-C/IBGE.

próxima à que a Comissão Econômica para América Latina e Caribe chegou: 4,6%. Para o mesmo ano, o Banco Mundial estimou a extrema pobreza em 3,7% da população. As estimativas de indigência computadas pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas são, contudo, até um pouco mais baixas que as apontadas anteriormente, de 2,3% (2014) e 2,9% (2015)[2].

Se é fato que, como em outros países, o desempenho do mercado de trabalho foi determinante da queda da pobreza, no Brasil, os programas sociais, pelo seu desenho e focalização, tiveram contribuição significativa, como sugere o estudo de Azevedo et al. (2013). A busca ativa e a ampliação da cobertura do Bolsa Família retiraram contingentes expressivos de população da condição de

[2]*Essas estimativas foram obtidas mediante consulta aos portais de dados e relatórios dessas instituições (http://www.worldbank.org e www.fgv.br). Para uma discussão sobre indicadores e linhas de pobreza vide FERES, J. C.; VILLATORO, P. (2013)*

pobreza e extrema pobreza. Em um primeiro momento, com o esforço de busca ativa de população em situação mais vulnerável pelos rincões mais distantes do país e pelas periferias das grandes cidades, identificaram-se famílias para inscrição no Cadastro Único e, portanto, elegíveis para o Programa Bolsa Família. Em um segundo momento, uma vez inseridos como beneficiárias do programa, essas famílias passaram a receber benefícios previstos no programa. Por fim e não menos importante, essas famílias inseridas, como todas as demais, passaram a dispor de um benefício médio maior, pela mudança da estrutura de benefícios e a criação do Benefício de Superação da Pobreza, que complementou a renda até a linha de extrema pobreza.

A busca ativa e a ampliação da cobertura do Bolsa Família retiraram contingentes expressivos de população da condição de pobreza e extrema pobreza.

Entretanto, se para a redução da pobreza e extrema pobreza entre 2003 e 2014 não se pode minimizar a importância do programa Bolsa Família e da política de valorização real do salário mínimo por seus efeitos diretos e indiretos na renda dos segmentos mais pobres, também não se pode deixar de mencionar a formalização do emprego e o acesso a outros serviços e programas públicos como o fomento à produção agrícola e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec). Em 1992, cerca de 43,6% dos ocupados contribuíam para algum instituto de previdência, e em 2015 esse percentual chegou a 61,7%. Em que pese o avanço de 18 pontos percentuais na cobertura previdenciária da população ocupada, há outros 38% deles sem seguro contra acidentes de trabalho e perda de capacidade laboral. Quanto ao Pronatec, a sua oferta em mais de quatro mil municípios garantiu a mais de 2,4 milhões de pessoas a oportunidade de realizar – na sua maioria, pela primeira vez – cursos de qualificação profissional que tiveram impacto significativo nas chances de inserção no mercado formal de trabalho.

Tendências recentes da Pobreza e Extrema Pobreza

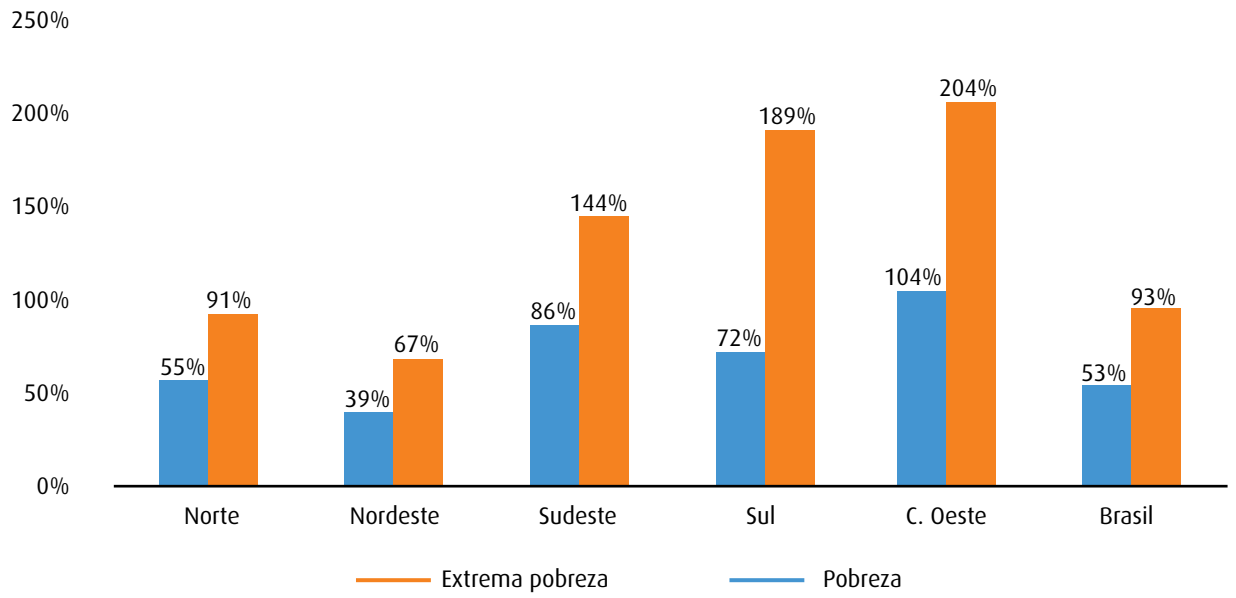
Se essa virtuosa combinação de política de desenvolvimento com inclusão através de programas e ações especificamente voltados para grupos sociais mais vulneráveis explica a trajetória histórica de redução da pobreza e da extrema pobreza, a desarticulação desses mecanismos depois de 2014, em um contexto de forte aumento da desocupação, explica a reversão da queda da

A reversão dos patamares de pobreza se verifica com maior intensidade nas regiões mais desenvolvidas.

pobreza e extrema pobreza no período mais recente. De fato, em 2015 há a sinalização de que este ciclo de queda da pobreza se interrompe e, em 2016, com os dados divulgados pela PNAD Contínua, assiste-se a um agudo empobrecimento de parte da população, retrocedendo a patamares que tinham sido superados há vários anos. Observe-se que em relação à extrema pobreza volta-se, em apenas dois anos, ao número de pessoas registradas dez anos antes, em 2006. Entre 2014 e 2016 o aumento desse contingente foi de 93%, passando de 5,1 milhões para 10 milhões de pessoas. Em relação aos pobres, o patamar de 2016 – 21 milhões- é o equivalente ao de oito anos antes, em 2008, e cerca de 53% ao menor nível alcançado no país, de 14 milhões, em 2014 (MENEZES; JANNUZZI 2018).

A reversão dos patamares de pobreza se verifica com maior intensidade nas regiões mais desenvolvidas, como consequência do aumento do desemprego, da perda de ocupações com carteira e da estagnação do rendimento do trabalho. O quantitativo de pessoas em extrema pobreza aumentou, entre 2014 e 2016, cerca de 204% na Região Centro-Oeste, mais do que o dobro da média do país. No Sudeste e Sul o quadro é igualmente desalentador, com ampliação de 140% e 189%, respectivamente. A evolução da extrema pobreza no estado do Rio de Janeiro foi das mais intensas: de 209 mil pessoas em 2014 passou para 481 mil pessoas em extrema pobreza em 2016, 2,3 vezes maior (Gráfico 2). A manutenção de elevadas taxas de desemprego e desmonte de políticas sociais desde 2016 sugerem que esse quadro só fez se agravar.

Gráfico 2 – Variação relativa dos quantitativos de pessoas em Pobreza e Extrema Pobreza entre 2014 e 2016 - Brasil e Grandes Regiões 2014-2016



Fonte: PNAD e PNAD-C/IBGE.

Considerações finais

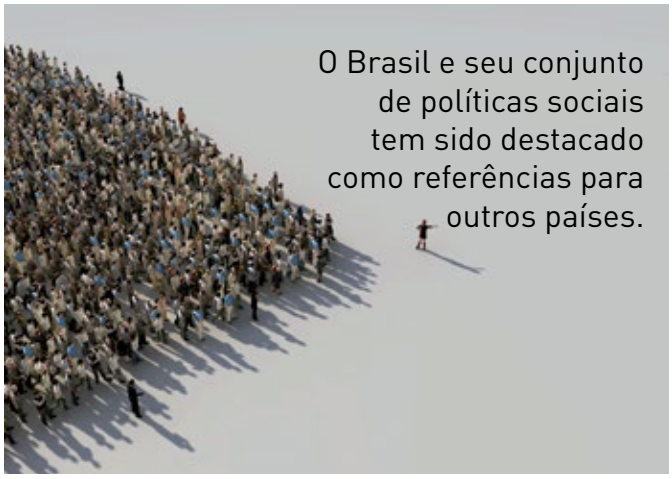
Diferentes instituições, universidade e centros de pesquisa debruçaram-se sobre o Brasil nos últimos 15 anos para estudar o que tem sido denominado, por algumas delas, de Modelo de Desenvolvimento Inclusivo. Restringindo-se à análise do posicionamento de centros de pesquisa e organizações internacionais- por uma questão de capacidade de mapeamento e distanciamento das disputas políticas internais no país- alinham-se na explicação mais simples e economicista, em geral, os

bancos internacionais, órgãos multilaterais de fomento e centros de pesquisa de inspiração liberal; no outro lado, com interpretações mais complexas e articuladas- respeitadas as nuances- várias organizações vinculadas ao Sistema das Nações Unidas, além de instituições e unidades de investigação social mais plurais e/ou mais identificadas com teses mais intervencionistas acerca do papel do Estado na promoção do Bem-Estar Social.

A recuperação das exportações brasileiras nos anos 2000 foi papel determinante para dinamização do mercado de trabalho e ampliação da capacidade de investimento do governo federal.

É representativo da interpretação mais ortodoxa-liberal acerca do progresso social no Brasil, o Relatório *Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability*, em que se debita à recuperação das exportações brasileiras nos anos 2000, sobretudo para China, papel determinante para dinamização do mercado de trabalho e ampliação da capacidade de investimento do governo federal (Banco Mundial 2016). O acesso a credito ao consumidor e a expansão do emprego em setores de baixa qualificação – na Construção Civil, especialmente- teriam reduzido o desemprego e ampliado a massa salarial, com desdobramentos sobre toda a economia. A política de valorização do salário mínimo também é citada como fator dinamizador, mas sem deixar de se registrar seu potencial efeito sobre a diminuição da produtividade do trabalho. Política Social destacada no relatório é, de um lado, o Programa Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria, como exemplos de efetividade na redução da pobreza e focalização de gastos públicos; de outro, a Previdência, como caso de gasto social mal direcionado, na perspectiva dos analistas do Banco.

Análises mais densas e abrangentes sobre a mudança social e sobre o papel das políticas públicas no país estão registradas em publicações da Cepal, PNUD e FAO. Na publicação *Desarrollo social inclusivo*, da Cepal, lançado no final de 2015 por ocasião da I Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe, reconhece-se que os avanços sociais mais significativos de alguns países da região devem-se, para além da recuperação econômica e de políticas ativas de emprego, à existência de políticas universais de educação e saúde, de um sistema estruturado de Previdência Social e de ações de cunho redistributivo e/ou focalizado, como programas de transferência de renda, políticas de igualdade racial e de gênero (CEPAL 2015).



Nas últimas edições do *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD, o Brasil e seu conjunto de políticas sociais têm sido destacados como referências para outros países. No relatório de 2011, o Brasil é citado como um dos países que conseguiu combinar crescimento econômico, políticas de desenvolvimento social e estratégias de mitigação de danos ambientais. No relatório de 2012/2013, o Brasil é destacado como país em que o progresso material e acesso às políticas públicas se deram em contexto de consolidação de instituições democráticas. O relatório de 2014, em que, de forma um tanto surpreendente, há uma defesa enfática do PNUD da necessidade de estruturação de um sistema de proteção social forte e universal para a promoção

do desenvolvimento humano, destaca-se o Brasil pelo desenho, cobertura e escopo das políticas sociais aqui implementadas (PNUD 2014).

O Relatório *Food Insecurity in the World* de 2014, publicado pela FAO, também destaca o Brasil – e suas políticas públicas – como referência para superação da fome e pobreza (FAO, 2014). Para a instituição, não foi só a ampliação da produção de alimentos que garantiu o acesso aos alimentos para população na região. A universalização do acesso aos alimentos teria sido viabilizada pela estruturação de sistemas de proteção social. Sem isso, os avanços com relação à segurança alimentar não teriam sido tão significativos. O Fome Zero, o Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos e o fortalecimento da agricultura familiar são elencados como experiências inovadoras nesse contexto, e que efetivamente contribuíram para a redução da desnutrição crônica, da pobreza monetária e da subalimentação no país.

A narrativa histórica mais plausível emergirá certamente do balanço dos efeitos da estrutura e conjuntura pós-2016. O desmonte do legado de políticas públicas e de avanços institucionais, sob a lógica de uma política de austeridade do gasto público, sinaliza regressão em várias dimensões, seguindo a trajetória explosiva de aumento de desocupação entre 2014 e 2018. Como se apresentou nesse trabalho, há evidências concretas – e indicadores- de aumento da pobreza e extrema pobreza, mostrando que o país já andou vários anos para trás. Infelizmente, há indicações e perspectivas de que a fome, a insegurança alimentar, a desigualdade e mobilidade social também seguiram trajetórias semelhantes. O país que caminhava, com todos os problemas, para um estágio civilizatório mais elevado, voltou a lidar com problemáticas que se imaginava superadas.

Há evidências concretas – e indicadores- de aumento da pobreza e extrema pobreza, mostrando que o país já andou vários anos para trás.

Referências e indicações para a leitura

- AZEVEDO, J. P. et al. Is Labor Income Responsible for Poverty Reduction? A Decomposition Approach. Policy Research Working Paper n. 6414, New York: World Bank, 2013.
- BANCO MUNDIAL. Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability. Brasília, 2016.
- CAMPELLO,T. Faces da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2017.
- CEPAL. Desarrolo Social Inclusivo. Santiago, 2015.
- COSTA,P.V.;FALCÃO,T. O eixo de garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria. In: Tereza Campello; Tiago Falcao Silva; Patricia Vieira da Costa. (Org.). O Brasil Sem Miséria. 1ed.Brasilia: MDS, 2014, v. 1, p.237-259.
- FAO. State of Food Insecurity in the World. Rome, 2014.
- FERES,J.C.;VILATOROS,P. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, 15, 2013.
- Milênio. Brasília, 2014.
- JANNUZZI,P.M.; SOUSA,M.F. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil Sem Miséria e da Estratégia Brasileira de Desenvolvimento Inclusivo. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, 25, p.22-55, 2016.
- MENEZES, F.; JANNUZZI,P.M. Com o aumento da extrema pobreza, Brasil retrocede dez anos em dois. Teoria e Debate, São Paulo, n.170, março/2018. Acesso em 18/03/2018 em
- https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. Lisboa, 2014.
- SUNDARAM, J. K. The MDGs and poverty reduction. In: CIMADAMORE, A.; KOEHLER, G.; POGGE, T. (Eds.). Poverty and the Millennium Development Goals. Vol.1. 1. Ed. Londres: Zed Books,2016, p. 26-44.

JUSTIÇA FISCAL É POSSÍVEL*

É TECNICAMENTE POSSÍVEL QUE O BRASIL TENHA SISTEMA TRIBUTÁRIO MAIS JUSTO E ALINHADO COM A EXPERIÊNCIA DOS PAÍSES MAIS IGUALITÁRIOS,PRESERVANDO O EQUILÍBRIO FEDERATIVO E O ESTADO SOCIAL DE 1988.

Por Eduardo Fagnani

A tributação brasileira está na contramão dos países capitalistas relativamente menos desiguais. É tributação extremamente regressiva, porque incide sobre o consumo, não sobre a renda e a propriedade das classes abastadas. Não é verdade que a nossa carga tributária seja elevada na comparação internacional. Mas é fato que temos a maior carga tributária, em todo o mundo, que incide sobre o consumo (50% do total), é repassada aos preços das mercadorias e captura parcela maior da renda dos pobres, e parcela menor da renda dos ricos.

É fato que temos a maior carga tributária, em todo o mundo, que incide sobre o consumo (50% do total).

EDUARDO FAGNANI
Professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-IE-UNICAMP) e coordenador da rede Plataforma Política Social (www.plataformapoliticasocial.com).
Blog pessoal: Economia do Bem-Estar Social http://fagnani.net/

*Artigo publicado originalmente em https://diplomatique.org.br/justica-fiscal-e-possivel/

Esse caráter regressivo fica evidente pela baixa participação da tributação sobre a renda na carga tributária no Brasil (18,3%), na comparação com a média dos 34 países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (média de 34,1%); pela menor participação da tributação do patrimônio na carga tributária no Brasil (4,4%), na comparação com a OCDE (5,5%); em contrapartida, o caráter regressivo da tributação também fica evidente pela elevada participação dos tributos sobre o consumo na carga tributária no Brasil (49,7%), muito acima da OCDE (32,4%).

No caso do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), além da baixa ou nula tributação das rendas do capital, a alíquota máxima praticada no Brasil (27,5%) é bem inferior à média da OCDE (43,5%); e sua participação na arrecadação total é quase quatro vezes menor.

Utopia, fabulação e fantasia?

Seria utópico imaginar que tributação sobre a renda total no Brasil possa ser próxima do patamar da Itália e do Japão (em torno de 31% da carga tributária)? Seria fabulação acreditar que a tributação sobre o patrimônio possa estar em linha com a praticada na Espanha e na Bélgica (em torno de 8% do total)? Seria fantasia irrealizável projetar a tributação sobre o consumo em padrões semelhantes aos que se verificam em Portugal (38,4% do total)?

Do ponto de vista técnico, não há nenhuma limitação para que se alcancem essas equivalências.

Não há nenhum impedimento técnico para esses ditos 'devaneios'

Do ponto de vista técnico, não há nenhuma limitação para que se alcancem essas equivalências. Essa é a conclusão a que chegaram mais de quarenta especialistas que trabalharam por mais de um ano com o intuito de responder a essas indagações, após terem concluído um amplo diagnóstico sobre a quase totalidade dos problemas crônicos da tributação brasileira.[1] No novo estudo que foi apresentado ao debate público em outubro de 2018[2]– a cuja síntese os leitores do Le Monde Diplomatique tiveram acesso em primeira mão – podem afinal afirmar que:

> "É tecnicamente possível que o Brasil tenha sistema tributário mais justo e alinhado com a experiência dos países mais igualitários, preservando o equilíbrio federativo e o Estado Social inaugurado pela Constituição de 1988".

O novo documento não se propõe a apresentar uma proposta acabada de Reforma Tributária. O que ali se fez foi um exercício de redistribuição das bases de incidência da tributação brasileira, pela redução das bases regressivas que incidem sobre o consumo e elevação das bases progressivas que incidem sobre a renda o patrimônio e as transações financeiras. O objetivo é propor, para o debate plural e democrático com a sociedade, um desenho fiscal mais justo que o atual. Registre-se que a configuração que resultou das simulações realizadas é ***apenas uma dentre diversas outras possibilidades de se alcançar o mesmo propósito.***

[1]A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas / Eduardo Fagnani (organizador). Brasília: ANFIP: FENAFISCO: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018. 804 p. ISBN: 978-85-62102-27-1/ CDU 336.22. http://plataformapoliticasocial.com.br/a-reforma-tributaria-necessaria/

[2]A Reforma Tributária Necessária – Justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira (DOCUMENTO-SÍNTESE E DOCUMENTO COMPLETO) / EDUARDO FAGNANI (ORGANIZADOR). BRASÍLIA: ANFIP: FENAFISCO: SÃO PAULO: PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL, 2018.

A análise foi orientada por três diretrizes: ampliar a progressividade; aproximar os componentes da tributação brasileira da média dos 34 países que compõem a OCDE; e preservar e fortalecer o Estado Social de 1988. Para isso, o diagnóstico foi aprofundado; e estimou-se o impacto financeiro de cada uma das ações propostas; esse esforço de estimativa parece ser o primeiro, na literatura disponível sobre o tema.

Tributação progressiva é possível

As simulações mostram que é possível ampliar a progressividade, dado que se pode quase duplicar o atual patamar de receitas da tributação da renda, patrimônio e transações financeiras, de R$ 472 bilhões para R$ 830 bilhões (incremento de R$ 357 bilhões); e, em contrapartida, pode-se reduzir a tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamentos, em R$ 310 bilhões (Figura 1).

O documento detalha como esses resultados foram apurados para os seguintes componentes: Tributação da Renda da Pessoa Física e da Pessoa Jurídica; Retenções do imposto sobre a renda não alocáveis nas pessoas físicas e jurídicas; Tributação sobre o patrimônio; Tributação das transações financeiras; Tributação sobre bens e serviços; e Tributação sobre a folha de pagamentos.

FIGURA 1 – AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R$ Milhões
Valores de 2015 e estimativas

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL R$	PROPOSTA R$	DIFERENÇA R$
Renda (1)	352.305,41	606.084,14	253.778,73
Patrimônio	85.696,86	158.699,55	73.002,69
Transações Financeiras	34.686,30	65.380,84	30.694,54
Total	**472.688,57**	**830.164,53**	**357.475,96**
Bens e Serviços	957.923,80	357.475,96	-231.797,46
Folha de Salários	482.003,11	403.263,25	-78.739,86
Total	**1.439.926,91**	**1.129.389,59**	**-310.537,32**
Outros	15.567,38	15.567,38	0
TOTAL	**1.912.615,48**	**1.959.554,12**	**46.938,64**

Nota (1) inclui a o acréscimo de arrecadação na rubrica de Imposto de Renda Retido na Fonte – Não Residentes de, pelo menos, 0,12% do PIB, aproximadamente R$ 6,9 bilhões.

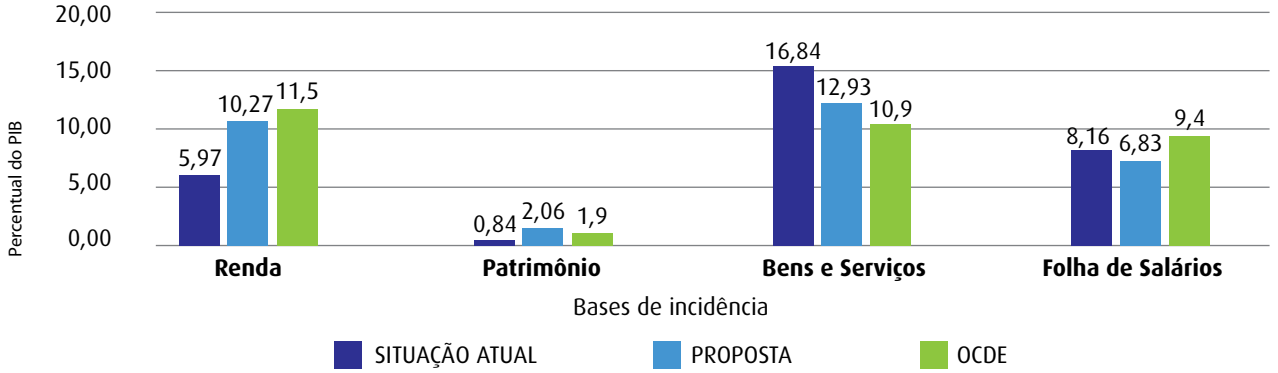
Ter parâmetros próximos da OCDE é possível

Conclui-se que é possível aproximar a tributação brasileira da média dos 34 países que compõem a OCDE[3]: a tributação da renda pode subir de 5,97% do PIB para 10,27% do PIB, patamar próximo da média da OCDE (11,50% do PIB); a tributação do patrimônio pode passar de 0,84% do PIB para 2,06% do PIB, ficando ligeiramente acima da média da OCDE (1,90% do PIB), mas distante de diversos países, como os EUA (10,3%) e o Reino Unido (12,6%), por exemplo; a tributação do consumo pode declinar de 16,23% do PIB para 12,93% do PIB, um pouco acima da média da OCDE (10,90% do PIB) (Figura 2).

[3]Para efeitos de comparação, adotou-se o mesmo critério da OCDE, que considera o imposto incidente sobre veículos automotores como tributo que incide sobre o consumo (ao contrário do Brasil que considera o IPVA como tributo sobre o patrimônio).

FIGURA 2 – INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB

Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE.
Valores de 2015

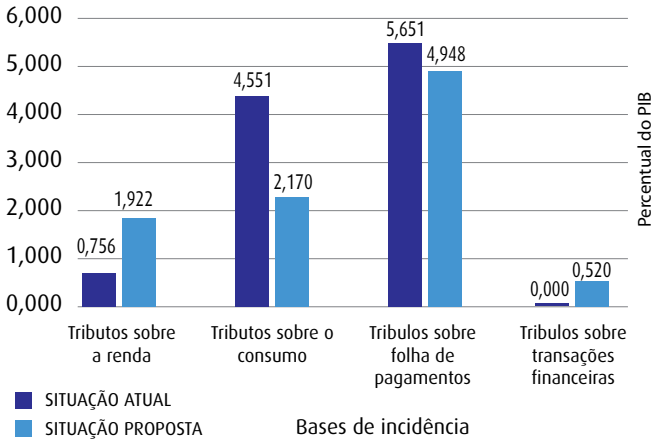


Fortalecer o Estado Social de 1988 é possível

É tecnicamente exequível preservar as bases de financiamento da Seguridade Social, ampliando-se sua progressividade, mediante a elevação dos tributos que incidem sobre a renda (de 0,75 para 1,92% do PIB) e sobre as transações financeiras (de zero para 0,59% do PIB), e a redução das que gravam o consumo (de 4,55% para 2,71% do PIB) e a folha de pagamentos (de 5,65% para 4,94% do PIB) (Figura 3).

FIGURA 3 – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em % do PIB
Valores de 2015 e estimados



Equilíbrio federativo é possível

Consideradas as simulações, pouco se alteraria a participação dos entes federados na arrecadação total: a União teria leve redução de receitas; e os Estados, o Distrito Federal e os municípios teriam ligeira elevação.

Reduzir a desigualdade da renda é possível

Com as mudanças propostas, o sistema tributário brasileiro deixaria de ser regressivo e passaria a ser progressivo, pois a desigualdade da renda cai após a tributação indireta, quando, atualmente, ela aumenta: o coeficiente de Gini entre a *Renda disponível* e a *Renda após a tributação indireta*[4] se eleva na situação atual (de 0,591 para 0,612) e declina na situação proposta (de 0,591 para 0,571).

Há alternativa à violência da austeridade econômica

Ao contrário do que pretende o senso comum, a carga tributária brasileira (32,4 % do PIB, em 2015) é inferior à observada na média dos países que integram a OCDE (34,1% do PIB); e esse estudo não teve o propósito de

[4]*Consultar: SILVEIRA, F. G. Equidade fiscal: impactos distributivos da tributação e do gasto social. Brasília: ESAF; Tesouro Nacional, 2012 (XVII Prêmio Tesouro Nacional – 2012).*

Com as mudanças propostas, o sistema tributário brasileiro deixaria de ser regressivo e passaria a ser progressivo.

aproximar esses números. Entretanto, caso a sociedade brasileira esteja disposta a ampliar ligeiramente a carga tributária, a Reforma Tributária, por seu potencial arrecadatório, pode ser um poderoso instrumento econômico para promover o ajuste fiscal, abrindo-se espaços para revogar o teto dos gastos e para promover reforma não excludente da Previdência Social.

Muito além das propostas de "simplificação"

No debate atual, a Reforma Tributária tem sido tratada como sinônimo de "simplificação" do sistema de impostos. Esse é o núcleo da agenda das corporações empresariais para as quais uma suposta "simplificação" seria único requisito ainda faltante para elevar a eficiência econômica.

Num país desigual como o Brasil, é insuficiente essa suposta de "simplificação", que destrói o Estado Social (principal instrumento de redução da desigualdade de renda no Brasil) e não enfrenta o problema essencial da injustiça fiscal.

Enfrentar a desigualdade é indispensável e inadiável.

Entende-se que a eficiência econômica é limitada, sobretudo, pela desigualdade social extrema, visão respaldada por atores globais como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e a Oxfam Internacional. Enfrentar a desigualdade é indispensável e inadiável (o Brasil ocupa a 9ª pior posição em termos de concentração de renda, dentre 189 países).[5]

Simplificar o Sistema Tributário, sem sacrificar o Estado Social

O estudo "simplifica" a tributação e, ao mesmo tempo, preserva o Estado Social e amplia a progressividade. O Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA), de competência estadual, a ser implantado por legislação nacional, simplifica sobremaneira o atual quadro "caótico, ultrapassado e oneroso", caracterizado por uma parafernália de normas: 27 leis estaduais (ICMS) e 5.570 leis municipais (ISS).

Destruir o Estado Social é "destruir", não é "simplificar"

É fácil "simplificar" tendo-se o Estado Social como variável de ajuste, mas é falsa simplificação, e simplificação insuficiente, porque o Estado Social tem papel central na redução das desigualdades de renda no Brasil.

Para financiar o Estado Social de 1988 é necessário criar tributos de outro tipo (progressivos), em substituição aos que se pretende extinguir (regressivos). Entretanto,

[5] *Brasil mantém tendência de avanço no desenvolvimento humano, mas desigualdades persistem. ONU/PNUD. 2018. http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem-tendencia-de-avanco-no-desenvolvimento-humano--mas.html*

Caso não se queira criar novos tributos, há alternativas para financiar a Seguridade Social.

caso não se queira criar novos tributos, há alternativas para financiar a Seguridade Social (11,3% do PIB). Por exemplo, revisar as renúncias fiscais e combater a sonegação, que transferem para as classes de mais alta renda aproximadamente 12,8% do PIB.

Novos rumos no debate sobre a Reforma Tributária

O estudo é um convite para que se abram novas frentes para o debate democrático sobre o tema. Esse objetivo já foi parcialmente alcançado, dado que, após a divulgação das primeiras diretrizes deste projeto, em abril de 2018, diversos temas que eram ausentes do debate passaram a fazer parte da agenda econômica de diversos candidatos à presidência da República.

NOTAS FINAIS

O novo desenho da tributação brasileira apresenta vantagens para a maioria da população (a nova tabela progressiva do Imposto de renda só aumentaria a tributação para 2,73% dos declarantes, cerca de 750 mil contribuintes, que recebem mais de 40 Salários Mínimos mensais); para a maioria das empresas do Simples (isenção ou não incidência de tributos sobre a renda); para as médias empresas (redução do imposto de renda e dos tributos cumulativos que incidem sobre o consumo); para as médias e as grandes empresas (redução dos tributos que incidem sobre a folha de pagamentos); e para todos os brasileiros e empresários (redução da tributação sobre o consumo, o que mitiga a complexidade e a cumulatividade dos tributos, melhora a situação financeira das empresas, grava menos as classes de média e baixa renda, reduz a desigualdade e eleva a eficiência econômica).

O novo desenho da tributação brasileira apresenta vantagens para a maioria da população.

Além disso, o estudo alerta para a necessidade de se recuperar parte dos 12,8% do PIB que são transferidos para as classes mais abastadas pela via das isenções fiscais e da sonegação, o que possibilitaria reduzir ainda mais a tributação sobre o consumo ou evitar a criação de novas fontes de financiamento da Seguridade Social, mantendo-se inalterada a carga tributária.

Conclui-se que não há limitação técnica para ampliar a progressividade do sistema tributário. O desafio a ser superado é de natureza política.

A questão inescapável, que tem de orientar esse debate é: "Qual modelo de Estado a sociedade brasileira está disposta a seguir: o modelo dos países mais igualitários, que combinaram a tributação progressiva com o Estado de Bem-estar Social? Ou o modelo dos países que fizeram as reformas liberalizantes impostas pelo "mercado", nos quais o Estado perdeu até mesmo as condições para cumprir suas funções mais elementares? "

REENGENHARIA TRIBUTÁRIA, TECNOLÓGICA, FRATERNA E SOLIDÁRIA:

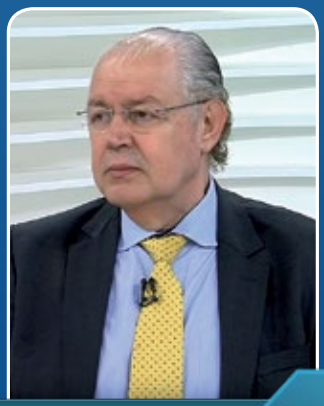
PARA DESTRAVAR A ECONOMIA BRASILEIRA E FAZER O BRASIL CRESCER E DISTRIBUIR RENDA COM JUSTIÇA SOCIAL.

Por Luiz Carlos Hauly

Para consertar o caos tributário do Brasil não basta uma Reforma Tributária. É necessária uma Reengenharia Tributária e tecnológica capaz de destravar a economia para o Brasil crescer de forma sustentada e distribuir renda com justiça social. Essa Reengenharia irá destravar a economia, fazer o Produto Interno Bruto (PIB) crescer, diminuir o custo de produção das nossas empresas, o custo dos tributos sobre os bens e serviços de consumo dos mais pobres, o custo de contratação da mão de obra, gerar milhões de novos empregos anualmente, recuperar as empresas e também todo o setor público nos três níveis.

É inegável que o Brasil poderia ter avançado muito mais nos últimos anos, não fosse as ineficiências, iniquidades e inconsistências do nosso sistema tributário. É o que se pode concluir nitidamente do relatório do Banco Mundial, no qual se estuda e compara 190 países em várias vertentes para classificá-los de acordo com a facilidade do ambiente de negócios. No quesito tributação fica evidente o desastre, pois ganhamos apenas de 6 países, ocupando um vergonhoso 184º lugar.

LUIZ CARLOS HAULY
Economista, Tributarista, Vereador, Prefeito, Secretário Estadual de Fazenda do Paraná (por 2 vezes) e Deputado Federal por 07 mandatos consecutivos.



É inegável que o Brasil poderia ter avançado muito mais nos últimos anos, não fosse as ineficiências, iniquidades e inconsistências do nosso sistema tributário.

Graças à determinação dos empreendedores que perseveram, mesmo atuando num ambiente de negócios tão adverso, o País ainda está entre as maiores economias do mundo. Mas esse cenário poderia ser muito mais favorável se o arcaico sistema tributário brasileiro tivesse passado por uma ampla reengenharia tributária, onde muitas distorções e injustiças poderiam ter sido corrigidas. Enquanto as economias mais desenvolvidas ganham em competividade, o setor produtivo brasileiro continua sendo esmagado pelo excessivo número de impostos e elevada carga dos tributos na base consumo. Isso pela burocracia tributária excessiva; pela irracional complexidade além de o Estado Brasileiro perder bilhões de reais anualmente, com renúncias fiscais; elisão; sonegação; burocracia e corrupção, provocando um prejuízo incalculável para a população, empresas, economia e para a arrecadação tributária nacional.

O Brasil tem crescido muito abaixo da média mundial nas últimas quatro décadas. Nos últimos 5 anos (2014 a 2018), enquanto o crescimento médio acumulado do PIB mundial foi cerca de 19%, o do Brasil foi negativo em mais de 4%. Infelizmente a constatação é de que o Brasil ficou 23% mais pobre. O PIB de 2018 que foi de R$ 6,8 trilhões, se tivesse crescido como a média mundial acumulada, teríamos um PIB adicional acima de R$ 1,5 trilhão e uma arrecadação adicional, somente em 2018, de R$ 500 bilhões. Só como exemplo, este resultado anual seria 5 vezes maior do que o esforço fiscal anual previsto na Reforma Previdenciária.

Nos últimos 5 anos (2014 a 2018), enquanto o crescimento médio acumulado do PIB mundial foi cerca de 19%, o do Brasil foi negativo em mais de 4%.

A Reforma Tributária contida na Proposta de Emenda Constitucional - PEC 293-A/04 irá proporcionar crescimento sustentado e inclusão social, recuperando rapidamente a nossa economia. Ela prevê a simplificação (eliminação de 10 de tributos), redistribuição da renda, justiça social com a diminuição do peso da cobrança da carga tributária sobre os mais pobres e a incorporação de tecnologia na cobrança, para tirar do contribuinte a responsabilidade da retenção do valor dos impostos, que serão cobrados no ato de cada transação de compra e venda, no modelo de cobrança eletrônico desenvolvido por Miguel Abuhab, um engenheiro, empresário com atuação internacional e pioneiro em inovação na área de software.

O Brasil teve um dos maiores crescimentos econômicos do mundo entre 1930 e 1980. Desde então, um crescimento de apenas 2% ao ano.

A PEC 293-A/04 tem como meta proporcionar um crescimento continuado e sustentado acima de 6% ao ano. Esta meta parece arrojada, mas tem precedentes na nossa história econômica. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil por 50 anos (1930 a 1980) teve um dos maiores crescimentos econômicos do mundo, com taxas robustas de 6,3% ao ano, mas infelizmente isso não ocorreu nos últimos 38 anos, quando tivemos um crescimento médio pouco acima de 2% ao ano.

Faço essa afirmação como Economista e com a experiência acumulada de 28 anos de forte atuação no Congresso Nacional (1991-2018), oportunidade em que liderei ou fui relator de proposições que fizeram do Brasil um dos maiores exportadores de commodities do mundo (Lei 87/96- Lei Kandir) e das Leis que criaram o Supersimples Nacional e o Microempreendedor Individual (MEI), que geraram 90% dos novos empregos nos últimos 12 anos. Atualmente existem 8 milhões de MEIs e 6 milhões de Micros e Pequenas Empresas (MPEs). Somo, a esta experiência, dois períodos à frente da Secretaria da Fazenda do Paraná (1987-1990 e 2011-2013).

É importante salientar que são três as bases tributárias: propriedade, renda e consumo. Tudo que o Estado (em lato senso) tributa/arrecada, ele o faz sobre essas três bases.

Na elaboração desta proposta, contei com o apoio da excelente equipe de consultores da Câmara dos Deputados e a participação direta de centenas de tributaristas, economistas, contabilistas, instituições/entidades públicas e privadas. Ela é uma sistematização de todas as propostas, estudos e debates ocorridos dentro e fora do Congresso Nacional nos últimos 32 anos. Baseia-se principalmente no modelo tributário clássico, que é preponderante nos países da Comunidade Europeia e Canadá.

Esta PEC extingue 09 tributos da base consumo e 01 da base renda. Autoriza ainda a substituir total ou parcialmente a tributação da contribuição Previdenciária Patronal pelo Imposto de Valor Agregado/Imposto de Bens e Serviço (IVA/IBS); coloca fim à guerra fiscal predatória entre os Estados e entre os Municípios; reduz a renúncia fiscal do Brasil, hoje calculada em cerca de R$ 500 bilhões/ano; reduz drasticamente a sonegação fiscal estimada em R$ 460 bilhões/ano; reduz substancialmente o contencioso Tributário Administrativo e Judicial, com um estoque estimado entre R$ 2 a 3 trilhões; elimina totalmente a possibilidade da geração de novas dívidas tributárias; reduz o custo da burocracia para pagar e receber os tributos, com um custo estimado pelo Banco Mundial de R$ 65 bilhões anual; reduz os encargos sobre folha de pagamento e cria um Comitê Gestor Estadual/Municipal para arrecadar, tributar e fiscalizar o novo IVA/IBS.

A PEC 293-A/2004 contempla:

- **Três pilares: simplificação tributária, tecnologia e justiça social;**
- **Objetivo geral: crescimento econômico;**
- **Regra de ouro (1): não aumentar carga tributária;**
- **Regra de ouro (2) federativa: não mexer na atual Partilha da União, dos Estados e dos Municípios.**

Esta proposta contempla, de forma inédita no Brasil, uma Reengenharia na base consumo.

Defendo a progressividade do Imposto de Renda e dos Impostos Patrimoniais, que com certeza, será discutida e implementada, logo após a aprovação da PEC da Reforma Tributária, e desde que o montante arrecadado seja compensado com a diminuição na mesma proporção da base consumo. Esta proposta contempla, de forma inédita no Brasil, uma Reengenharia na base consumo, que irá proporcionar uma grande redução da regressividade existente hoje por duas formas: 1) zerando o IVA/IBS sobre alimentos e medicamentos e 2) fazendo a devolução de impostos para as pessoas/famílias de baixa renda, através da Nota Fiscal Eletrônica e do Cadastro Único. Também prevê a isenção total dos Impostos das exportações e dos bens do ativo fixo, como máquinas e equipamentos das empresas, proporcionando mais competitividade.

Serão extintos os Tributos: Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto Sobre Serviços (ISS); Programa de Integração Social (PIS); Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); Salário Educação. Os impostos extintos serão substituídos por um IVA/IBS clássico e um Imposto Seletivo monofásico (ISE). O IVA/IBS será cobrado no destino, ou seja, no Município e Estado onde for consumido. O Imposto Seletivo (ISE) incidirá sobre: energia elétrica, combustíveis, comunicação, cigarros, bebidas, veículos. E na base Patrimônio, toda a arrecadação dos cinco tributos será dos municípios.

TRIBUTOS EXTINTOS	NOVOS TRIBUTOS
ICMS	IVA/IBS clássico
IPI	ISE
ISS	
PIS	
PASEP	
COFINS	
IOF	
CIDE	
Salário Educação	

Desde o trauma que a União teve com as perdas de arrecadação para os Estados e Municípios na Constituinte de 88, todas as tentativas de Reformas Tributárias que mexiam na partilha tentando tirar recursos da União e dos Estados mais ricos em favor dos mais pobres foram inviabilizadas, impedindo a sua aprovação. Para evitar essa disputa fratricida, proponho que o IVA, Imposto de Renda (IR) e o ISE sejam proporcionalmente partilhados com base na arrecadação dos últimos 03 anos e com os seus coeficientes congelados nos primeiros 05 anos. Portanto, todos os Entes Federados (União, Estados e Municípios) terão a mesma participação relativa na arrecadação tributária, líquida de transferências constitucionais e assim, não terão prejuízos. Somente para os Estados e Municípios e para os fins de partilha da arrecadação, haverá uma transição adicional de mais dez anos para efetivar o princípio do destino.

Todos os Entes Federados (União, Estados e Municípios) terão a mesma participação relativa na arrecadação tributária.

Ausência do IVA: erro histórico

Na década de 60 enquanto a Europa e Canadá criaram na base consumo um único IVA destino com alíquota por fora, o Brasil criou três impostos: IPI, ICMS e ISS

Com as mudanças feitas em 1967 e as mudanças introduzidas a partir da Constituição de 88, o sistema que já era ruim se tornou ainda pior.

com alíquotas por dentro. As distorções provocam até hoje enormes prejuízos para nossa economia, para a concorrência e para a arrecadação tributária. No IPI, a RF manipula as alíquotas, por decretos, com renúncias bilionárias. No ICMS, os Estados criaram barreiras interestaduais, provocando a famosa guerra fiscal predatória, com renúncias bilionárias. No ISS, os municípios também manipulam as alíquotas provocando guerra fiscal, com renúncias bilionárias.

Outro grande erro foi a elevada concentração de mais de 54,4% da arrecadação brasileira na base Consumo, enquanto a base Renda teve apenas 20,7%, a Propriedade com 4,4% e a Previdência com 20,3% da arrecadação nacional. Assim o Brasil ficou na contramão e bem distante da tributação média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é muito mais justa, e que tem uma carga na base consumo na faixa de 32%, da renda 34,1%, do patrimônio 5,5% e da Previdência e outros tributos 28%. Com as mudanças feitas em 1967 e as mudanças introduzidas a partir da Constituição de 88, o sistema que já era ruim se tornou ainda pior.

Com a conclusão da Constituinte de 1988, os Estados e Municípios, foram os grandes vencedores, abocanhando uma enorme quantia da arrecadação da União Federal. Os Estados e Municípios conseguiram elevar as suas participações em mais 15% do IR (de 32% para 47%) e mais 25% do IPI (de 32% para 57%). Dos 57% do IPI, 10% passaram a ser destinados para um fundo de compensação de eventuais perdas de ICMS nas exportações de produtos industrializados. Ainda naquela época, conseguiu-se "tirar" da União Federal os 05 impostos únicos monofásicos seletivos sobre Energia Elétrica, Comunicações, Combustíveis, Transporte e Minerais. Esses cinco tributos monofásicos passaram também a formar base do ICMS. Destaco ainda outra importante conquista dos Estados e Municípios em 1985/86, que foi a absorção da antiga Taxa Rodoviária Única (TRU), que pertencia à União e foi transformada no atual Imposto sobre Propriedade e Veículos Automotores (IPVA), sendo 50% da Arrecadação para os Estados e 50% para os Municípios.

Com todos estes acontecimentos, quando a Receita Federal (RF) viu que havia perdido grande parte da sua preciosa receita para os Estados e Municípios, foi à forra nos anos seguintes após a Constituição de 88. O Governo Federal não mediu consequências, transformou a base consumo no seu campo de atuação, invadindo a base do ICMS e ISS. Com a ampliação da carga e com a criação de Contribuições Sociais

não partilhadas com os Estados e Municípios, como a COFINS, posteriormente também criou outras tributações tais como IOF, as CIDES e o Salário Educação. A base Consumo ficou com um número excessivo de tributos e a elevação irresponsável desta base chegou a mais de 54% da arrecadação nacional.

O imposto será cobrado no ato da transação de compra e venda do bem ou do serviço, retido no ato da transação e o dinheiro irá direto para o Município, Estado ou União.

Outro pilar desta proposta é a implantação da cobrança eletrônica, o que será um grande diferencial e uma verdadeira revolução nesse sistema arcaico. Acabará com o modelo declaratório que desperdiça toneladas de papéis e bilhões de Reais em burocracia tributária. O imposto será cobrado no ato da transação de compra e venda do bem ou do serviço. O imposto será retido no ato da transação e o dinheiro irá direto para o Município, Estado ou União. Cada empresa terá uma conta por onde irá transitar esse fluxo de débito e crédito. A Comissão Técnica Permanente/Conselho Nacional Política Fazendária (COTEP/CONFAZ) está estudando a adoção de uma nota fiscal eletrônica, via celular, para micro e pequenos empresários e também para os autônomos.

Não podemos manter o atual modelo que, de acordo com dados do IPEA, uma família que ganha até dois salários é penalizada com cerca de 53,9% de carga tributária.

Outra parte muito importante da PEC é o seu viés de fraternidade e solidariedade, ou seja, de justiça social. Não podemos manter o atual modelo que, de acordo com dados do IPEA, uma família que ganha até dois salários é penalizada com cerca de 53,9% de carga tributária. Quanto mais se tributa o consumo, mais o assalariado paga impostos por um motivo muito simples, mas não simplório: empresa não paga imposto sobre consumo, ela transfere para o preço. É um sistema que mata as empresas e os empregos. Propomos o zerar (ou cobrança mínima) de impostos sobre remédios e alimentos. Hoje, a carga tributária desses produtos gira em torno de 33% a 34%, uma das mais altas do mundo. O ideal é que a carga tributária sobre os assalariados passe a sofrer uma redução gradativa até que a carga deles seja reduzida em pelo menos 70%.

Considerações Finais

A aprovação no Congresso Nacional e a implementação da PEC 293-A/04 destravará a economia brasileira e propiciará, entre outros ganhos de eficiência, a redução de pelo menos 70% da renúncia fiscal do Brasil; diminuição da sonegação fiscal; redução dos encargos sobre folha de pagamento, aumentando a empregabilidade; redução da elisão fiscal e do estoque da dívida ativa; diminuição do contencioso administrativo fiscal, bem como as demandas judiciais; e a redução dos R$ 65 bilhões/ano gastos com as obrigações acessórias e burocráticas.

Ressalto que o projeto tem como regra de ouro garantir a manutenção da carga tributária nacional, para que não venha a ocorrer aumento de carga e seja preservada a arrecadação tributária, líquida de transferência, dos três entes federativos que sofrem hoje, a pior situação fiscal da história. Prevê a realocação da tributação sobre a folha de pagamento, transferindo-a no todo ou em parte para o IVA/IBS e uma transição confortável do sistema antigo para o novo.

A RENDA É CONCENTRADA NAS MÃOS DE POUCOS NO BRASIL. MAS QUEM PAGA MAIS TRIBUTOS SÃO OS POBRES E A CLASSE TRABALHADORA.

Já parou para pensar que ao comprar uma lata de extrato de tomate, você paga sobre este produto o mesmo imposto que as pessoas que ganham mais ou menos que você?

Esse modelo tributário taxando a produção e o consumo é injusto, pois acentua a pobreza e as diferenças sociais. Com pouca incidência sobre a renda e a riqueza, o modelo brasileiro de impostos alivia os que deveriam contribuir mais, ao mesmo tempo em que onera a classe trabalhadora.

É contra esse modelo injusto que as instituições integrantes do **Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social** promovem sua Campanha, tendo como uma das principais premissas a mudança do modelo tributário brasileiro. **Nossa principal meta é a redução da desigualdade social no Brasil. Participe!**

Desigualdade: isso é da sua conta.

CAMPANHA PELA
REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

http://reducaodesigualdadesocial.org.br/

A DESIGUALDADE VISTA DO TOPO

Por Lauro Chaves Neto – Conselheiro do Conselho Federal de Economia, PHD em Desenvolvimento Regional pela universidade de Barcelona e Professor da UECE.

Conciliar o rigor da análise quantitativa com reflexões conceituais socioeconômicas teoricamente fundamentadas torna o livro "Uma História da Desigualdade" do pesquisador do IPEA, Pedro H. G. Ferreira de Souza, uma leitura indispensável sobre uma das maiores mazelas do Brasil e do Mundo: a Desigualdade.

A obra é resultado de uma minuciosa pesquisa, realizada através de fontes, dados e informações precisas, consolidadas com ferramentas consistentes, englobando a série histórica desde 1926, sobre a desigualdade no Brasil.

É lógico e coerente olhar para o topo: uma parcela significativa da renda está concentrada no andar de cima. Assim, qualquer variação na renda dos ricos tem um peso desproporcional no comportamento da desigualdade. A história de desigualdade, neste livro, é uma história sob a perspectiva dos ricos.

O autor investigou os dados de tabelas do Imposto de Renda dos ricos, que são mais representativos que as pesquisas domiciliares por amostragem, nas quais os muito ricos são pouco identificados, levando a uma subestimação da desigualdade.

Vale ressaltar que o livro dedica especial atenção às comparações internacionais e mostra que a Desigualdade na América Latina não era tão mais alta que a existente na Europa no final do século XIX, concordando com os estudos do Economista Jeffrey Williamson da Universidade de Harvard.

Reduzir a pobreza, principalmente a extrema pobreza, foi um grande êxito conseguido no Mundo e no Brasil Pós Real, nos 16 anos dos presidentes FHC e Lula; porém obter sucesso na redução da Desigualdade é algo bem mais complexo. O autor contesta a propaganda de que a Desigualdade caiu durante os dois mandatos de Lula a partir da análise da estabilidade da parcela da renda detida pelos 1% mais ricos.

As análises tradicionais evidenciavam uma redução da distância entre os pobres e a classe média, ou seja, a pobreza foi reduzida, porém não houve alteração na parcela dos mais ricos, seguindo a estratégia da redistribuição sem conflitos.

Esse fenômeno se repetiu em vários países. A Ásia conseguiu, nas últimas décadas, retirar milhões de pessoas da pobreza extrema, onde a China é o maior caso de sucesso, pois conseguiu tirar quase metade da população da miséria absoluta. No entanto, como ocorre nos demais países, a concentração de renda interna também cresce nos principais países asiáticos.

A rápida industrialização com foco na elevada produtividade, reduzidos custos laborais e conquista do mercado Externo, foi o receituário básico Chinês para crescer 10% ao ano e se tornar a segunda maior economia do mundo. Os pesados investimentos em infraestrutura e os fartos empréstimos estatais para as empresas exportadoras fizeram com que a taxa de investimentos chegasse a quase 50% do PIB, mais do que o dobro da

média dos países desenvolvidos. Enquanto o Consumo das famílias representa apenas um terço do PIB, a metade da taxa dos países ricos. Este ciclo foi iniciado pelas reformas de Deng Xiaoping, após a morte de Mao Tse-Tung, e seguidas por Xi Jinping, que assumiu o poder, em 2013.

Desde 1978, início das Reformas, a renda média chinesa cresceu 780%, em comparação aos 63% nos EUA e 38% na França. Se antes desse ciclo os 10% mais ricos e os 50% mais pobres ficavam, cada um, com 27% da renda, hoje, os 10% mais ricos ficam com 40% e os 50% mais pobres com menos de 15%; já que, enquanto o topo da pirâmide viu os seus rendimentos crescerem 1.200%, a metade mais pobre cresceu 390%.

A Índia também experimentou esse movimento, pois, desde a liberalização da economia na década de 1990, tirou 190 milhões da pobreza e a desigualdade cresceu. Enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu 390%, a dos 50% mais pobres subiu 90%. O país não conseguiu desenvolver uma forte base industrial, tendo como eixo do crescimento o setor de tecnologia, que não gera empregos para a população de baixa qualificação, que ficou presa ao setor primário.

O Prêmio Nobel de Economia James Heckman coloca o foco na educação e na distribuição de habilidades para se obter sucesso na redução das desigualdades e não na redistribuição de renda. Segundo ele, para adquirir destrezas não basta mandar as crianças para a escola, deve-se prepará-las, através de habilidades cognitivas e socioemocionais, para enfrentar desafios e interagir, só assim elas farão melhores escolhas e contribuirão para reduzir a desigualdade.

O Economista-Chefe do Instituto Ayrton Senna e Ex-Pesquisador do IPEA, Ricardo Paes de Barros, defende que o Brasil construiu um robusto sistema de políticas sociais onde são investidos cerca de 20% do PIB, mas com um foco errado: gasta muito com proteção social e pouco para igualar as oportunidades, assim o resultado natural será a desigualdade social e territorial. Ele avalia que "sem nivelar o ponto de partida das pessoas, fica meio absurdo nivelar o ponto de chegada". O fundamental seria partir da igualdade de oportunidades onde todos possam adquirir competências, independente da sua origem familiar, cor ou local de nascimento.

Voltando ao livro, outro grande insight foi mostrar que a desigualdade brasileira caiu nos períodos democráticos, de 1945 a 1964 e na fase atual, ao passo que cresceu tanto no Estado Novo quanto no Regime Militar.

O autor também compartilha a ideia de que a desigualdade só cai, radicalmente, com grandes choques externos, normalmente marcos históricos, essa hipótese é conhecida como Jencks-Piketty em homenagem aos pesquisadores Thomas Piketty e Christopher Jencks. Ele aponta como oscilações da desigualdade as grandes crises brasileiras que causaram sucessivas rupturas no sistema político.

UMA HISTÓRIA DA DESIGUALDADE.
Autor: Pedro H. G. Ferreira de Souza
ISBN: 978-85-8404-173-2
Editora: Hucitec, São Paulo, 2018
Número de páginas: 421

FORMAR O ECONOMISTA

Comissão Organizadora Local do XXXIV Congresso da ANGE

Adauto Roberto Ribeiro - Presidente da ANGE - PUC de Campinas/SP., Antônio Jorge de Oliveira - Coordenador - UEG Anápolis, Aurélio Ricardo Troncoso Chaves - Coordenador – UNIALFA, Eduardo Rodrigues da Silva – PUC Goiás Tesoureiro da ANGE, Gesmar José Vieira - Coordenador - PUC Goiás., Joab Augusto Ribeiro Teixeira – Acadêmico UEG, Marco Antônio – Acadêmico Presidente da FENECO, Raphael Vieira dos Santos – Acadêmico UEG, Tiago Camarinha - Coordenador da UFG

A Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE) surgiu como resultado do amplo processo de debate nacional acerca da reforma do currículo de economia de 1984. A entidade foi fundada em 1985, portanto, já são três décadas e meia debatendo a formação do economista, sempre norteada pelo compromisso de elevar a qualidade do ensino de economia em todo o país.

Promover o desenvolvimento, viabilizar a produção e distribuição da riqueza que possibilitará uma vida melhor para toda a população são elencados como as nobres tarefas dos economistas. Contudo, é necessário lembrar que a função social do economista não é estática e que o pretendente a economista precisa antes de tudo ser bem formado. Esse processo de educação contempla toda uma formação que engloba tanto aspectos técnicos quanto sociais, que se relacionam a concepções de mundo e de como ele funciona.

As percepções sobre qual deve ser a contribuição do trabalho do economista para a sociedade se alteram e, por vezes, se chocam, assim como ocorre com as forças em luta ao longo da história. Todo economista precisa estar ciente disso caso queira libertar-se do controle e da pressão que lhe parece incompreensível no debate público sobre os rumos da economia.

Assim como ocorre com outras carreiras, o profissional tem espaço para pensar e atuar conforme sua própria consciência. Antigamente, os técnicos que serviam ao status quo social eram verdadeiros servos dos poderosos. Hoje, contudo, ampliou-se a possibilidade dos profissionais reconhecerem-se como indivíduos autônomos, com anseios e projetos próprios de atuação na sociedade. Desse modo, não podemos achar que a função social do economista está completamente dada pelo contexto histórico do seu meio. O indivíduo que exerce essa importante função pode e deve moldá-la de acordo com suas próprias convicções.

O que a sociedade espera de mim, pergunta-se o economista em um primeiro momento, acreditando que deve se encaixar em um molde pré-determinado e padronizado, cuja função é manter a ordem das coisas. A que parte da sociedade eu devo servir, pergunta-se o economista em um segundo instante, ao descobrir que "a" sociedade como entidade única e homogênea não existe.

É para essa direção que os economistas deveriam se mover. Com isso, deixariam de ser meras ferramentas a serviço de interesses individuais, tornando-se assim cocriadores da sociedade que almejam. Desse modo podem se tornar profissionais completos que sabem identificar as forças materiais em jogo e que se posicionam de modo consciente do lado certo, de forme que direcione para uma sociedade menos desigual.

Neste contexto, a ANGE, no seu XXXIV Congresso, terá por objetivo possibilitar o debate amplo sobre a formação do economista, aprofundando a reflexão sobre os temas fundamentais do ensino, sempre envolvendo a participação de coordenadores de cursos, docentes, discentes e demais interessados na formação deste importante profissional.

45º ENECO REUNIU 55 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Marcos Antonio da Silva e Silva
Presidente da Feneco

O 45° ENECO (Encontro Nacional de Estudantes de Economia) ocorreu de 13 a 20 de julho, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus-BA, e promoveu o debate entre mais de 650 congressistas de todas as regiões do Brasil, evidenciando nossa diversidade intelectual, cultural, política e econômica.

Estiveram presentes 55 instituições de ensino superior, sendo 42 públicas e 13 privadas. Durante o encontro, a geopolítica e o desenvolvimento socioeconômico, compreendidos como uma dança em descompasso no Brasil, foram temas norteadores, conduzindo o debate sobre a fragilidade da atividade econômica, seus efeitos sobre a desigualdade social e como o conjunto da sociedade pode atuar para melhorar este cenário.

O encontro também produziu um documento, a Carta de Ilhéus. Nele, os estudantes de Ciências Econômicas de todo o Brasil compartilham suas impressões e preocupações e apontam algumas direções que, para eles, podem mudar o curso em que se encontra nosso País. No documento ressaltamos a necessidade da elaboração e apresentação de um plano nacional de desenvolvimento.

Para tal, compreendemos que é necessário urgentemente a retomada do investimento público para sinalizar uma mudança na condução das políticas econômicas do País, estimulando o mercado nacional e

promovendo o aumento das expectativas de ganho. Para que seja bem-feito é fundamental que haja um amplo diálogo com a sociedade para propor um conjunto de reformas estruturantes, como a reforma tributária, que tribute lucros e dividendos, sendo mais equitativa.

A Federação Nacional de Estudantes de Economia segue uma agenda de atividades com vistas a organizar os estudantes de Ciências Econômicas e com o objetivo de trazer cada vez mais protagonismo aos estudantes nos debates mais importantes do nosso País. A próxima agenda será o Encontro Regional dos Estudantes de Economia - ERECO, do Sudeste, que acontecerá na Universidade Federal de Ouro Preto de 14 a 17 de novembro, com o tema "Desenvolvimento Regional e Planejamento Urbano". A Feneco espera a participação de cerca de 300 estudantes, reafirmando o seu compromisso na construção de um Brasil que seja mais justo, menos desigual, mais sustentável e solidário.

CBE2019

XXIII Congresso Brasileiro de Economia

Alternativa para a Retomada do Desenvolvimento Econômico

16 a 18 de outubro/2019

CentroSul - Florianópolis/SC

Inscrições Abertas!

www.cbe2019.com.br

PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

CORECON SC
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

PATROCINADOR PRATA

CORECON-RJ
Conselho Regional de Economia
1ª Região - RJ

APOIO

CIE
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA
SANTA CATARINA

CORECON PR
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

CORECON DF
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

SINDECON SC
Sindicato dos Economistas no Estado de Santa Catarina

LOCAL DO EVENTO

CentroSul

AGÊNCIA DE TURISMO OFICIAL

AÇORIANA
TURISMO

ORGANIZAÇÃO

attitude promo
marketing e eventos